AGROANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 37 | Nº 01 | JANEIRO 2017 | R$ 15,00

FGV EESP ESCOLA DE ECONOMIA DE SÃO PAULO

ISSN 0100-4298

PEC DO TETO DOS GASTOS

SUA IMPORTÂNCIA PARA O BRASIL E SEU EFEITO NO AGRO



Dívida pública em relação ao PIB

O BEM-ESTAR ANIMAL DEVE DETERMINAR O ACESSO A MERCADOS

A EXPERIÊNCIA DO CAFÉ MINEIRO NO MERCADO *FAIR TRADE*

BOM MOMENTO PARA VENDER O MILHO DA SAFRA 2016/17

FGV

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Postal Code 62.591 - CEP 22257-970 | Tel.: (21) 2559 6000 | www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidente: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella

CONSELHO DIRETOR
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Cristiano Buarque Franco Neto, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Aldo Floris, Antonio Monteiro de Castro Filho, Ary Oswaldo Mattos Filho, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto

CONSELHO CURADOR
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Antonio Alberto Gouvêa Vieira, Andrea Martini (Souza Cruz S/A), Eduardo M. Krieger, Estado do Rio Grande do Sul, Estado da Bahia, Luiz Chor, Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Murilo Portugal Filho (Federação Brasileira de Bancos), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A), Orlando dos Santos Marques (Publicis Brasil Comunicação Ltda), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A), José Carlos Cardoso (IRB-Brasil Resseguros S.A), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Willy Otto Jordan Neto
Suplentes: José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Luiz Ildefonso Simões Lopes (Brookfield Brasil Ltda), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Clóvis Torres (VALE S.A.), Rui Barreto, Sergio Lins Andrade, Victório Carlos De Marchi

Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-EAESP: Luiz Artur Ledur Brito

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIO DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas

Conselho Editorial: Cleber Guarany, Gustavo Diniz Junqueira, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ricardo Simonsen, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor Executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

Capa: Luísa Pinheiro Ulhoa Tenório
Projeto Gráfico: Maria João Macedo [Atelier Lola]
Arte: Alexandre Monteiro
Revisor: Alexandre Sobreiro
Secretaria e Administração: Viviane de Carvalho
Coordenador da Produção Editorial: Evandro Faulin
Publicidade/Comercial/Assinatura: Viviane de Carvalho

Av. Paulista, 1.294, 15º andar,
Tel.: (11) 3799-4104 | Fax: (11) 3262-3569

contato@agroanalysis.com.br
www.fgv.br/agroanalysis

Acesse o site
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine a publicação que melhor acompanha o agronegócio

O AGRONEGÓCIO É O SEGUINTE

O AGRONEGÓCIO É SENSÍVEL À PEC DO TETO DOS GASTOS

AS DELAÇÕES dos executivos da Construtora Odebrecht aumentaram bastante a tensão política e a volatilidade na economia brasileira. O fato de o presidente Temer ter sido mencionado na delação coloca em risco sua permanência no cargo quando do julgamento, pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), da chapa Dilma-Temer. De acordo com o ministro Gilmar Mendes, presidente do TSE, o julgamento será concluído em algum momento de 2017, talvez apenas no segundo semestre. Curiosamente, o mercado financeiro não reagiu como se poderia esperar, com o real se desvalorizando (também influenciado pelo anúncio recente da elevação dos juros norte-americanos) e a bolsa despencando.

O dólar continua estacionado em torno de R$ 3,35, e a bolsa caiu muito pouco. Além disso, os analistas apontam para alta desta em 2017. A conclusão que pode ser tirada desses movimentos é que, para os agentes econômicos, os nomes no comando político importam muito menos do que os nomes no comando econômico. E, nesse aspecto, a permanência do ministro Henrique Meirelles e de sua equipe parece garantida, independentemente de quem venha a ser presidente da República no próximo ano. A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto dos Gastos e o envio de uma profunda reforma da previdência para o Congresso, além do anúncio de algumas medidas microeconômicas, apontam com firmeza para uma agenda positiva para a economia.

Mesmo assim, a economia está demorando mais do que o esperado para reagir, fazendo com que as previsões para 2017 fiquem mais pessimistas. A ***Agroanalysis*** continua acreditando em crescimento em 2017, ainda que pequeno, com a Selic chegando próximo de 10% ao final do ano, a inflação no centro da meta e o dólar flutuando entre R$ 3,30 e R$ 3,70. O *drive* de retomada será dado principalmente pelos investimentos em infraestrutura. A economia deverá voltar a se aquecer no segundo semestre do próximo ano. 2018, apesar de ano eleitoral, deverá ser melhor.

As políticas voltadas diretamente para o agronegócio representam uma fração pequena dos gastos públicos, e, no entanto, infelizmente este poderá ser um dos setores mais atingidos pela PEC do Teto dos Gastos. A PEC estabelece que um conjunto de gastos do Governo em um determinado ano não poderá crescer acima da inflação do ano anterior. Porém, como diversas despesas contam com indexadores e outras têm um piso determinado por lei (como saúde e educação), a adequação do volume dos gastos públicos ao teto estabelecido pode comprometer as despesas que não contam com qualquer regra de proteção. Entre estas despesas, estão justamente todos os instrumentos de política agrícola.

Em outubro do último ano, o Comitê de Segurança Alimentar Mundial das Nações Unidas (CFS/ONU) aprovou uma política inédita de recomendações relacionadas ao bem-estar dos animais. A preocupação dos consumidores a respeito de como são tratados os animais para o consumo tem ganhado força, principalmente na Europa. À medida que a sociedade passa a reconhecer a produção animal ética como um fator relevante, pode-se inferir ao bem-estar animal um valor econômico. O Brasil precisa modernizar seus processos de produção e abate para não perder mercado.

Ainda na área internacional, a emergência do comércio justo, tradução da expressão "*fair trade*", ganha espaço no Brasil. Trata-se de uma das modalidades de certificação bastante difundidas nos países desenvolvidos. O termo *fair trade* nasceu na década de 1940 na Europa e nos Estados Unidos, com o objetivo de tornar o comércio internacional uma fonte de recursos e inclusão social para sociedades empobrecidas de países em desenvolvimento por meio da aquisição de produção de pequenos produtores localizados nos países do hemisfério Sul.

No mercado interno de milho, o momento atual é oportuno para o produtor fechar negócios com a produção de 2016/17. A expectativa futura é de preços menores, com o aumento da disponibilidade interna a partir do início da colheita brasileira. Preste atenção no câmbio, pois ele pode, pontualmente, mexer com as exportações brasileiras e oferecer oportunidades de comercialização da produção.

Na área ambiental, o desmatamento da Amazônia mostrou crescimento entre agosto de 2015 e julho de 2016, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Houve um aumento de 7.989 km² na remoção total da cobertura da floresta por corte raso, o que significa a eliminação de toda a vegetação existente. A expansão corresponde a um incremento de 29%. O País não atingia a marca de 7 mil km² desmatados desde 2010.

Outra novidade vem da 22ª Conferência das Partes (COP-22) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês), realizada em Marrakech, no Marrocos, em novembro do ano passado. Com a antecipação do Acordo de Paris, em 4 de novembro de 2016, o prazo para o fórum responsável concluir o calendário de temas sobre a regulamentação da transparência, da fiscalização e do financiamento do acordo foi reduzido de 2020 para 2018. É a metade do tempo que teve o Protocolo de Kyoto.

Na seção Abre Aspas, o ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Blairo Maggi, apresenta a pauta de trabalho desenvolvida para construir a imagem positiva de um agro brasileiro sustentável. Um grande esforço é dispendido em ações com este foco, como nas missões de visitas aos países, na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), no G-20, no Conselho Agropecuário do Sul (CAS), no BRICS, nas Conferências das Partes da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas e Biodiversidade, entre outros. A intenção é provar em números que a produção agropecuária brasileira se baseia na preservação ambiental e no uso de tecnologia, sem subsídios que distorcem o comércio internacional.

Para finalizar, o Caderno Especial da Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM) trata da semente, o insumo básico e vital em qualquer sistema de produção agrícola. Ela é fundamental para garantir uma produção de alimentos sustentável. O investimento na sua aquisição, a cada safra, compensa, pois resulta em segurança fitossanitária, produtividade e retorno financeiro. O estabelecimento e o aprimoramento de um marco regulatório para o setor, alinhado com os acordos e tratados de comércio internacional, significam a abertura de portas para o exterior. Por isso, Governo, legisladores, obtentores, produtores de sementes e agricultores devem trabalhar juntos. ■



04 EDITORIAL

07 ABRE ASPAS

07 **ENTREVISTA**
BLAIRO MAGGI
DEFENDEMOS A SUSTENTABILIDADE DO NOSSO AGRO

11 **FRASES & COMENTÁRIOS**

13 MACROECONOMIA
LENTO DESPERTAR

15 AGRODROPS

18 MERCADO & NEGÓCIOS

18 CAPA **PEC DO TETO DOS GASTOS**
E AGORA? COMO O AGRO PODERÁ SER ATINGIDO?

20 **PERSPECTIVAS PARA O AGRONEGÓCIO**
2017 DEVE SER MELHOR

23 CAPA **MERCADO DO MILHO**
EXPECTATIVAS DE BOA RENTABILIDADE PARA 2016/17

25 CAPA **BEM-ESTAR ANIMAL**
A RELEVÂNCIA NA ECONOMIA

27 **BIOCOMBUSTÍVEIS**
GOVERNO FEDERAL MIRA RECUPERAÇÃO DO SETOR

29 CAPA **EXPORTAÇÃO DE CAFÉ *FAIR TRADE***
A EXPERIÊNCIA DA APPCER NO CERRADO MINEIRO

31 SUSTENTABILIDADE

31 **MUDANÇAS CLIMÁTICAS**
DEPOIS DA COP-22

32 **IRRIGAÇÃO, TECNOLOGIA E "REEXISTÊNCIA"**
POBREZA NO VALE DO RIO SÃO FRANCISCO

35 **AMAZÔNIA LEGAL**
AUMENTA O DESMATAMENTO

36 **RECURSOS HÍDRICOS**
VULNERABILIDADE DA ÁGUA SUBTERRÂNEA NO MATOPIBA

38 CONTEÚDO ESPECIAL

38 **ABRASEM**
IMPORTÂNCIA PARA A PESQUISA E O DESENVOLVIMENTO DAS VARIEDADES VEGETAIS

44 **FAESP**
A REVOLUÇÃO DIGITAL NO CAMPO

45 **ANDEF**
CIÊNCIA EM PROL DA ALIMENTAÇÃO MUNDIAL

46 COLUNAS

46 **DIÁRIO DE BORDO**
DEZ ANOS!

47 **PRODUZIR**
DE ESTADO A NAÇÃO

48 **OPINIÃO**
GV AGRO

49 **REFLEXÃO**
FELIZ ANO NOVO, ADEUS ANO DURO

50 ESTATÍSTICA

DEFENDEMOS A SUSTENTABILIDADE DO NOSSO AGRO

BLAIRO MAGGI

MINISTRO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO (MAPA)

DA REDAÇÃO

Blairo Maggi começou a carreira pública como suplente de senador pelo estado do Mato Grosso em 1994. Esteve duas vezes no cargo de governador do mesmo estado, em 2002 e 2006. Depois disso, continuou como senador. Em maio de 2016, assumiu o posto de ministro do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). É um empresário de peso e tradição plenamente reconhecido no segmento.

AGROANALYSIS: COMO ENFRENTAR TANTOS DESAFIOS COM A FALTA DE RECURSOS?

BLAIRO MAGGI: Desde o início, todos já sabiam da falta de recursos financeiros do governo federal para implementar grandes medidas. Quando assumimos o MAPA, tivemos de limpar a pauta de curto prazo para acertar o Plano Agrícola e Pecuário da safra 2016/17. Depois, aprovamos, no Congresso, as negociações das dívidas rurais, principalmente dos agricultores afetados pela seca na última temporada. Temos planos de ampliar a participação dos produtores rurais nas decisões do Governo.

Colocamos foco no trabalho para ampliar a participação do agronegócio brasileiro no mercado internacional. Em 2015, o comércio mundial do agronegócio movimentou US$ 1,17 trilhão, com uma participação brasileira de US$ 82,63 bilhões, o equivalente a 7,04%. Pretendemos atingir a meta de 10,00% em 2020, com o ingresso de mais de US$ 30 bilhões na economia brasileira até 2020. Como Governo, o importante é estarmos atentos para aproveitarmos isso. Apesar das dificuldades, lembramos sempre que a agricultura não representa despesa, mas sim investimento.



Carlos Silva - Coordenação-Geral de Comunicação Social – CGCS /ACE/MAPA

TEMOS O DESAFIO DE CONSTRUIR A IMAGEM EXTERNA DO AGRO?

BM: Estamos fazendo uma série de esforços nesse sentido nas missões de visitas aos países, na Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO), no G-20, no Conselho Agropecuário do Sul (CAS), no BRICS e nas Conferências das Partes da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas e Biodiversidade, entre outros. Procuramos mostrar que a produção agropecuária brasileira se baseia na preservação ambiental e no uso de tecnologia – tudo isso sem os subsídios que distorcem o comércio internacional.

O Brasil preserva 61% das suas terras, e apenas 28% do território são utilizados para produzir alimentos. Hoje, 61% da área do País ainda são conservados. Produzimos mais 200 milhões de toneladas de grãos e podemos duplicar este volume, sem agredir o meio ambiente, graças à tecnologia. Pelo Código Florestal do País, os produtores são obrigados a preservar entre 20% e 80% da vegetação nativa, dependendo da região. Isso precisa ser reconhecido pela comunidade internacional. É uma busca pela agregação de valor aos produtos brasileiros.

> “...DEFENDEMOS QUE OS PRODUTOS AGRÍCOLAS BRASILEIROS TENHAM PREFERÊNCIA NO MERCADO GLOBAL, EM FUNÇÃO DE CUMPRIREM REGRAS AMBIENTAIS RIGOROSAS.”

AS MISSÕES NO CONTINENTE ASIÁTICO E NA COP-22 FORAM DOIS GRANDES MARCOS?

BM: O Governo estimula o setor produtivo e cria regras, mas quem faz a negociação é a iniciativa privada. Durante 25 dias, viajamos com a equipe do MAPA e representantes de cerca de quarenta empresas e entidades do agronegócio. Sete países asiáticos foram visitados: China, Índia, Vietnã, Coreia do Sul, Myanmar, Tailândia e Malásia. Nas rodadas de negócios, cerca de 500 empresários dos sete países conversaram com os brasileiros. Entre novos mercados e investimentos, esperamos render negócios entre US$ 1,5 bilhão e US$ 2,0 bilhões para o Brasil. Em 2030, o continente terá uma classe média de 3,2 bilhões de pessoas.

Na COP-22 (Conferência das Partes da Convenção-Quadro da ONU sobre Mudanças Climáticas), em Marrakech, no Marrocos, defendemos que os produtos agrícolas brasileiros tenham preferência no mercado global, em função de cumprirem regras ambientais rigorosas. Essa tem sido uma postura diferenciada de outros países que também são produtores de alimentos. Entendemos que o clima é de fundamental importância para o produtor rural e uma forte motivação para preservar o equilíbrio ambiental. Só haverá paz no mundo quando houver alimento na mesa de todos.

ENTÃO, EXPORTAR É A PRIORIDADE?

BM: Fizemos um acordo de cooperação técnica com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) para o lançamento do Projeto para Promoção Comercial do Agronegócio Brasileiro (Panagro). O objetivo é desenvolver uma estratégia de ampliação do comércio de alimentos e produtos agropecuários brasileiros no mercado mundial.

O pacto prevê três eixos de atuação: eventos de promoção comercial e imagem; atração de investimentos; e inteligência comercial. A sua duração está prevista para dois anos, e os recursos envolvidos chegam a R$ 12 milhões. Do total, o MAPA contribui com 30% (até R$ 3,6 milhões) e a Apex-Brasil cobre 70% (até R$ 8,4 milhões).

Insistimos na questão da competitividade do Brasil para aumentar sua inserção no mercado internacional do agronegócio.

A BUROCRACIA PODE AJUDAR A COMPETITIVIDADE DO AGRO?

BM: Criamos um Grupo de Trabalho (GT) para propor mudanças de normas e procedimentos, a fim de melhorar e dar agilidade às ações da Secretaria de Defesa Agropecuária (SDA). Esta é uma área-chave do MAPA, responsável pela sanidade e pelas inspeções animal e vegetal, pela vigilância agropecuária e pela fiscalização de insumos, entre outros temas.

Trabalhamos nas propostas de desenvolver ações para desburocratizar e dar agilidade às exportações. Para isso, precisamos promover mudanças nos processos de concessão de certificados e documentos para a liberação dos produtos agrícolas nos portos. Outro ponto prioritário é o de criar certificados-padrão fitossanitários com o mesmo objetivo de agilizar as vendas externas brasileiras, além de manter mercados conquistados.

COLOCAR ISSO EM PRÁTICA É POSSÍVEL?

BM: Lançamos o Plano Agro +, com 69 medidas voltadas à redução da burocracia e à busca de maior eficiência na gestão pública. Esperamos dar maior eficiência e levar benefícios para o comércio dos nossos produtos agropecuários. Essa modernização é fundamental para nos abrirmos ao mundo. O Governo deve sempre olhar os seus processos de gestão para simplificá-los. Estamos fazendo esse enfrentamento com o objetivo de tirar o dinheiro da mão da ineficiência e colocá-lo à disposição da eficiência.

O Plano foi elaborado a partir de consultas enviadas a 88 entidades do setor produtivo e de 315 demandas remetidas ao MAPA, das quais já atendemos quase 30%. Adotamos o *slogan* "Queremos um Brasil mais simples para quem produz e mais forte para competir". É um estímulo para o setor produtivo crescer mais, sempre de modo sustentável, com respeito ao meio ambiente. Nosso grande desafio é transformar a riqueza do agronegócio em mais oportunidades.

> "TRABALHAMOS NAS PROPOSTAS DE DESENVOLVER AÇÕES PARA DESBUROCRATIZAR [O MAPA] E DAR AGILIDADE ÀS EXPORTAÇÕES."

TEMOS A PROPOSTA DA NOVA LEI DE SANIDADE VEGETAL?

BM: Esta ação, prevista entre as medidas do Plano Agro +, foi encaminhada à Casa Civil da Presidência da República. O texto visa à proteção do território nacional contra a entrada e a dispersão de pragas vegetais, para garantir a segurança alimentar e a qualidade fitossanitária dos produtos ofertados à sociedade. O MAPA identificou a necessidade de modernização das normas, porque o regulamento vigente foi elaborado em 1934, quando o País era importador de alimentos. Hoje, o Brasil é um dos grandes exportadores mundiais destes produtos.

A proposta prevê, ainda, a criação de um Sistema Brasileiro de Sanidade Vegetal, a ser formado pela União, pelos estados e pelos municípios, com responsabilidades definidas e voltadas à manutenção da sanidade. Precisaremos estabelecer os Conselhos de Sanidade Vegetal para assessorar os governos federal e estaduais no estabelecimento das políticas públicas. As regras e os procedimentos para importação e exportação de vegetais ficarão alinhados à Convenção Internacional para a Proteção de Vegetais (CIPV). Teremos as medidas a serem adotadas nas crises fitossanitárias, assim como as penalidades em caso de descumprimento.

O NOSSO *STATUS* SANITÁRIO ATENDE OS PADRÕES INTERNACIONAIS?

BM: As missões feitas pelo MAPA mostram aos países visitados a alta qualidade dos produtos brasileiros. Isso serve para comprovar que a nossa segurança sanitária é uma das melhores do mundo. Nas negociações internacionais, os problemas de ordem sanitária dificilmente são impeditivos. As dificuldades existentes dizem respeito ao ajustamento das questões protocolares. Normalmente, conseguimos atender as contrapartidas que nos são apresentadas.

Em 2016, recebemos quinze missões veterinárias de vários países, para inspeção sanitária em estabelecimentos registrados junto ao MAPA. Nestas visitas, os países interessados avaliam a ação do serviço de inspeção federal e os controles efetuados pelos estabelecimentos. A abertura do mercado norte-americano para carne bovina *in natura*, depois de mais de dezessete anos de negociações, é um grande exemplo que confirma a eficiência do Serviço de Inspeção Federal (SIF) do Brasil.

FECHAMOS ACORDO DE COOPERAÇÃO COM A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE ANIMAL?

BM: O MAPA assinou acordo de cooperação com a Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), que prevê o repasse de um valor equivalente a € 1 milhão (R$ 3,56 milhões) para programas de prevenção à febre aftosa e para melhoramento dos sistemas de auditorias sanitárias privadas. Os recursos são da iniciativa privada e serão divididos em seis parcelas.

> “...NOSSA SEGURANÇA SANITÁRIA É UMA DAS MELHORES DO MUNDO.”



Carlos Silva - Coordenação-Geral de Comunicação Social - CGCS /ACE/MAPA

O Ministério coordenará as ações, que começaram a ser executadas em dezembro último, com duração de dois anos. As medidas devem estar de acordo com as normas do Fundo Mundial da OIE para Saúde e Bem-Estar dos Animais. O Brasil possui papel muito importante em auxiliar no controle da doença nos países americanos.

E COMO FICA A QUESTÃO DE REGISTRO DE PRODUTOS SANITÁRIOS?

BM: Para conhecimento do seu funcionamento e possível adaptação no Brasil, uma missão do MAPA visitou a Australian Pesticides and Veterinary Medicines Authority (APVMA). Criado em 1994, este órgão é o responsável pelo sistema de registro de defensivos agrícolas, com atuação em parceria entre o governo federal, a comunidade e os estados do país. Com base em ciência e pesquisa, o órgão analisa as condições adequadas de meio ambiente e saúde pública para liberar o produto com agilidade e transparência. O tempo médio para a aprovação de um produto no país é de seis meses. Esse é um anseio antigo do setor produtivo brasileiro. ■

FRASES & COMENTÁRIOS

"Uma possível recuperação econômica neste ano poderá restabelecer patamares de consumo *per capita* de proteína semelhantes aos de 2015."

FRANCISCO TURRA, presidente da Associação Brasileira de Proteína Animal (ABPA)

"O RenovaBio dará previsibilidade para os investidores alavancarem a produção de biocombustíveis e ajudará no cumprimento das metas assumidas no Acordo de Paris, na COP-21. A fabricação de etanol passará dos atuais 28 bilhões de litros para 30 bilhões."

FERNANDO BEZERRA COELHO FILHO, ministro do Ministério de Minas e Energia (MME)

"Queremos tranquilidade no campo para trabalhar com segurança, planejamento e resultados. Acreditamos que é nossa missão produzir alimentos de qualidade e a preço acessível para todos. Temos motivo para acreditar em novos tempos de paz, progresso e união entre os brasileiros."

JOÃO MARTINS DA SILVA JUNIOR, presidente nacional da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e do Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR)

"O Brasil ainda é 'relativamente pequeno' no comércio exterior, na 25ª posição, apesar de ser um país com economia 'muito grande'. A sua agricultura é 'altamente sustentável', com compromissos de reduzir a emissão de poluentes, enquanto outros países querem 'reduzir o aumento'."

ROBERTO JAGUARIBE, presidente da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil)

"Nas exportações brasileiras, os produtos manufaturados respondem por 40%, enquanto os agropecuários por 60%. O agronegócio segura a balança comercial. Se nada for feito, contentar-nos-emos como uma colônia comercial do mundo industrializado."

JOSÉ AUGUSTO DE CASTRO, presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), durante o 35º Encontro Nacional de Comércio Exterior (ENAEX 2016)

"É difícil ver crescimento de produção de cana no Brasil enquanto não ocorrer uma definição do papel do etanol dentro da matriz energética do País."

LUÍS ROBERTO POGETTI, membro do Conselho Deliberativo da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA) e presidente do Conselho de Administração da Copersucar



REPRODUÇÃO

"**O desafio de 2017 será retomar as pautas do setor produtivo rural ainda não concluídas na Câmara dos Deputados e no Senado, como a Lei de Licenciamento Ambiental, a finalização da CPI da FUNAI e do Incra, a legislação trabalhista rural e a proposta ao governo federal da Lei de Cultivares.**"

NILSON LEITÃO, deputado federal (PSDB-MT) e presidente eleito da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA) para o ano de 2017, com posse prevista para fevereiro

"Na nossa proposta apresentada ao MAPA, não entendemos como justo concordar com a importação para atender a indústria sendo que há estoques internos de café Conilon para o abastecimento."

SILAS BRASILEIRO, presidente do Conselho Nacional do Café (CNC), na defesa da renda do cafeicultor na atual safra (2016/17)



REPRODUÇÃO

Vivemos uma crise política de grande dimensão, com influência negativa no comportamento da economia. Um fator difícil de administrar nos próximos meses é a imprevisibilidade.

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO, presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

O alimento brasileiro *in natura* é seguro para consumo, e temos que lembrar que frutas e hortaliças são essenciais para a dieta da população.

JARBAS BARBOSA, diretor presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), com base na pesquisa do Programa de Análises de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA)

Teremos uma oferta maior de carne em 2017, por conta do ciclo da pecuária com menor retenção de matrizes e da diminuição do número de animais confinados.

ANTONIO CAMARDELLI, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec)

O texto disciplina as informações que devem constar nas embalagens para informar sobre a presença de ingredientes transgênicos nos alimentos. O projeto não omite a informação sobre a existência de produtos transgênicos.

LUIS CARLOS HEINZE, deputado federal (PP-RS), membro da FPA e autor do Projeto de Lei (PL) nº 4.148/08, que dispensa a exigência do símbolo da transgenia nos rótulos dos produtos que contêm Organismos Geneticamente Modificados (OGMs)



SHUTTERSTOCK

LENTO DESPERTAR

ROGÉRIO MORI
Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV-EESP)

LEVOU TEMPO, mas, finalmente, parece que o governo Temer acordou para o fato de que a problemática atual na economia brasileira não se restringe, única e exclusivamente, a um ajuste fiscal e à condução da inflação para o centro da meta. A situação atual da nossa economia transcende essas questões, que, embora essenciais, mostram-se insuficientes para promover a retomada da atividade econômica.

Ao contrário disso, o processo de ajuste, necessário para reequilibrar as contas públicas e baixar a inflação (ambas ações necessárias ante os descalabros da política econômica durante o governo Dilma), tem caráter recessivo. Isso decorre do fato de que o ajuste fiscal se traduz, na prática, em redução dos gastos públicos ou aumento da carga tributária (algo impensável no contexto atual). Ao mesmo tempo, a inflação brasileira encontra-se acima da meta nos últimos sete anos, o que tem condicionado uma gradual mudança no padrão inflacionário brasileiro. Essa lenta queda da inflação tem imposto limites à velocidade de redução da taxa de juros.

A maioria dos economistas e o próprio Governo erraram em relação ao diagnóstico ao longo dos últimos meses. De fato, o consenso apontava para uma acomodação do ritmo da atividade econômica brasileira e uma retomada no quarto trimestre do ano, indicando um crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2017. A realidade dos fatos tem se mostrado contrária a esse diagnóstico, e o "banho de água fria" deu-se com a divulgação do resultado do PIB brasileiro do terceiro trimestre de 2016, que demonstrou que a atividade econômica segue em queda livre.

O tema central desconsiderado nesse diagnóstico equivocado refere-se ao fato de que, só agora, o Governo e a maior parte dos economistas começaram a acordar para o fato de que essa recessão possui características significativamente distintas das verificadas em momentos anteriores na nossa economia. De fato, o padrão observado no Brasil era de que as desacelerações observadas na atividade econômica eram acompanhadas por uma rápida recuperação, em ciclos de 12 a 24 meses, no máximo. Este padrão foi observado desde a implementação do Plano Real, em 1994, até 2010. Isso se deveu ao fato de que, em momentos em que a economia brasileira registrava restrição de alguma natureza (externa, via fuga de capitais, ou inflação), o Banco Central (BC) rapidamente reagia, com a elevação da taxa de juros. A eliminação da restrição permitia ao BC baixar os juros em alguns meses, e a resposta da demanda agregada, via consumo das famílias, era relativamente rápida.

Esse processo, por sua vez, decorre do fato de que, até 2010, o padrão de consumo das famílias brasileiras era concentrado em bens duráveis, cujo ciclo de pagamento do tipo de endividamento para financiar o consumo desse tipo de bem era de um a dois anos. Tal padrão permitia uma rápida retomada, pois o ciclo de queda dos juros por parte do BC permitia uma rápida resposta das famílias brasileiras, que, à medida que reduziam seu endividamento durante o ciclo de aperto monetário, tornavam-se prontas para responder à queda de juros voltando ao consumo, uma vez que seu grau de endividamento havia se ajustado.

Nesse sentido, desde meados de 2006, o Governo promoveu uma acentuada expansão do crédito, que começou a dar sinais de esgotamento em fins de 2014. No entanto, foi apenas em fins do ano seguinte que as evidências dos limites desse processo ficaram mais claras, a despeito da política

monetária complacente com a inflação cada vez mais alta praticada ao longo do governo Dilma. Note-se que este promoveu, também, a expansão do crédito imobiliário, que tem a característica de ter um prazo longo e, desta forma, impõe alguns limites ao rápido retorno das famílias ao consumo.

Em circunstâncias normais, em face de uma retração contínua da demanda do setor privado, cumpriria ao setor público promover a retomada da demanda. No entanto, o governo Temer não dispõe de instrumentos fiscais e monetários para tal.

O problema do governo Temer foi não reconhecer imediatamente esse quadro, deixando-se levar pelo otimismo gerado a partir do encerramento do processo de *impeachment* e do início da sua gestão.

Nesse sentido, o Governo, a partir desse diagnóstico, não deveria ter se limitado apenas ao ajuste fiscal e monetário, devendo: (i) ter deixado claros a gravidade da situação e o processo de ajuste em curso na economia (inflação, fiscal, endividamento) e cuja necessidade decorre dos excessos praticados no governo anterior; e (ii) ter estabelecido, já em um primeiro momento, um plano de ação utilizando instrumentos não convencionais para tentar promover a retomada da atividade econômica brasileira (como os que foram adotados no recente pacote).

O Governo demorou a reagir e perdeu um tempo precioso apostando no diagnóstico de que o mero ajuste criaria as bases para a recuperação da economia brasileira. Acordou tardiamente, com um custo não desprezível do seu ativo político nesse processo e que pode ter impactos sobre a essencial reforma da previdência, prevista para 2017. ■



SHUTTERSTOCK

AGRODROPS

CORRESPONDÊNCIAS PARA ESTA SEÇÃO DEVEM SER ENVIADAS
PARA O E-MAIL AGRODROPS@AGROANALYSIS.COM.BR

GV AGRO COMPLETA DEZ ANOS

A data foi comemorada e prestigiada por seleto público em evento especial. Na coluna Diário de Bordo da edição deste mês da ***Agroanalysis***, Roberto Rodrigues, coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, traz informações mais detalhadas sobre as iniciativas e as realizações do GV Agro. Foi realmente um período muito fértil de produção de trabalhos nas áreas de Ensino, Pesquisa e Extensão, com projetos e publicações por meio de parcerias diversas firmadas com organizações de prestígio nos âmbitos nacional e internacional. Esse desempenho notável trouxe experiência e traz crédito para a continuidade das atividades do GV Agro nas esferas acadêmicas e empresariais de excelência em qualidade.





PLANO CHINÊS PARA 2020

A Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma da China divulgou o seu 13º Plano Quinquenal de Desenvolvimento da Economia Rural. O documento registra a meta de aumentar a produção de grãos de 500 milhões de toneladas para 550 milhões, mantendo a área agricultável estável em 124 milhões de hectares, no cenário até 2020. A preocupação do governo é com a contaminação do solo e da água decorrente do emprego de insumos químicos. O país consome cerca de um terço da produção mundial de fertilizantes, que está em expansão pelo emprego na fruticultura e na horticultura. A estatal fixou crescimento zero para fertilizantes e defensivos, além da reciclagem de embalagens.

ELEIÇÃO NA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), o diplomata brasileiro Roberto Azevêdo, primeiro latino-americano a ocupar o cargo, concorrerá à reeleição. O resultado sairá em maio próximo, e o mandato, de quatro anos, começa em setembro. Um dos maiores triunfos do candidato foi ter conseguido importantes avanços na retomada da Rodada de Doha, com o propósito de ampliar a liberalização e a abertura do comércio internacional como motor de desenvolvimento dos países não industrializados.

SEGURANÇA DO ALIMENTO BRASILEIRO

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) divulgou os resultados do Programa de Análises de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA). O trabalho analisou, entre 2013 e 2015, a produção de alimentos como cereais, frutas, legumes e verduras em todo o País. A conclusão é de que o alimento *in natura* produzido no Brasil é extremamente seguro para o consumo. O resultado mostrou que quase 99% das amostras não representam risco à saúde da população.

SHUTTERSTOCK



ATALHO MARÍTIMO DO SÉCULO XXI

Inaugurado em 1914, o Canal do Panamá, que liga os oceanos Atlântico e Pacífico, com 80 quilômetros de extensão, praticamente dobrou a sua capacidade de transporte de carga, que passou de 360 milhões de toneladas para 600 milhões. A obra para esta expansão custou cerca de US$ 5,25 bilhões. Com isso, embarcações graneleiras aumentaram a capacidade de transporte para 150 mil toneladas em navios *capesize*, o triplo do levado pelos navios *panamax*.

O agronegócio ainda possui participação relativamente pequena no movimento comercial do canal. Apesar de atender 17 *commodities* diferentes, as cargas de produtos prontos, em contêineres, dominam o transporte. Mas, apostando no papel de *hub* do Panamá, como centro de distribuição e conexão mundial, o governo local busca parceiros estratégicos para *dry bulk*, as chamadas cargas secas ou granéis sólidos, com grãos e refrigerados.

CANA TRANSGÊNICA NA CTNBIO

A Subcomissão Setorial Humana Animal da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) aprovou a liberação comercial de uma variedade de cana-de-açúcar geneticamente modificada com resistência a lagarta-do-colmo (*Diatraea saccharalis*). Agora, a solicitação será submetida à Subcomissão Setorial Vegetal Ambiental. Essa tecnologia já é usada há duas décadas nas culturas de algodão, milho e soja em diversos países, sem perigo às saúdes humana e animal. A planta resistente à lagarta reduzirá a aplicação de defensivos.

META MAIOR PARA BIOCOMBUSTÍVEIS NOS EUA

A Agência de Proteção Ambiental dos Estados Unidos (EPA, na sigla em inglês) estipulou as metas do Renewable Fuel Standard (RFS) para o uso de biocombustíveis em 2017, com a mistura de 19,28 bilhões de galões na gasolina e no diesel. Desta quantidade, 15,00 bilhões de galões serão de biocombustível convencional e 4,28 bilhões de galões serão de biocombustíveis avançados. Houve um aumento de 6% em comparação aos 18,11 bilhões de galões fixados em 2016. Na média dos últimos quatro anos, o Brasil forneceu 10% do consumo de biocombustíveis avançados dos carros norte-americanos.

BRASIL LIVRE DE AFTOSA COM VACINAÇÃO

Numa luta de meio século, até maio de 2018 o Brasil deverá receber o certificado de território livre de febre aftosa com vacinação da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE). Se essa previsão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) se confirmar, certamente será facilitada a abertura de novos mercados internacionais para o produto brasileiro.

Atualmente, a maior parte do território nacional já tem esse *status*. A exceção é o estado de Santa Catarina, que já é reconhecido como livre de aftosa sem vacinação. No Amazonas, apenas os municípios de Guajará, Boca do Acre e parte de Lábrea e Canutama têm o *status* de livre da doença com vacinação. Ainda no Norte, as totalidades de Roraima e Amapá ficam fora da classificação como zonas livres da doença.

SHUTTERSTOCK



PEC DO TETO DOS GASTOS

E AGORA? COMO O AGRO PODERÁ SER ATINGIDO?

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

ROBERTA POSSAMAI
Economista pela Universidade de São Paulo (USP) e aluna do Mestrado Profissional em Agronegócio da FGV (MPAgro) – roberta.possamai@gvmail.br

NA SEGUNDA semana de dezembro, poucos dias antes do encerramento dos trabalhos do Congresso, o Senado Federal aprovou a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 55, popularmente conhecida como PEC do Teto dos Gastos. A partir desta emenda constitucional, fica estabelecido que um conjunto de gastos do governo federal de um determinado ano não poderá crescer a um ritmo superior ao gasto realizado no ano anterior já ajustado pela inflação. Embora polêmica e dura, essa medida é essencial para que o governo federal coloque as contas públicas em uma trajetória de equilíbrio.

POR QUE A PEC DO TETO DOS GASTOS É NECESSÁRIA?

A adoção da PEC é necessária por dois grandes motivos:

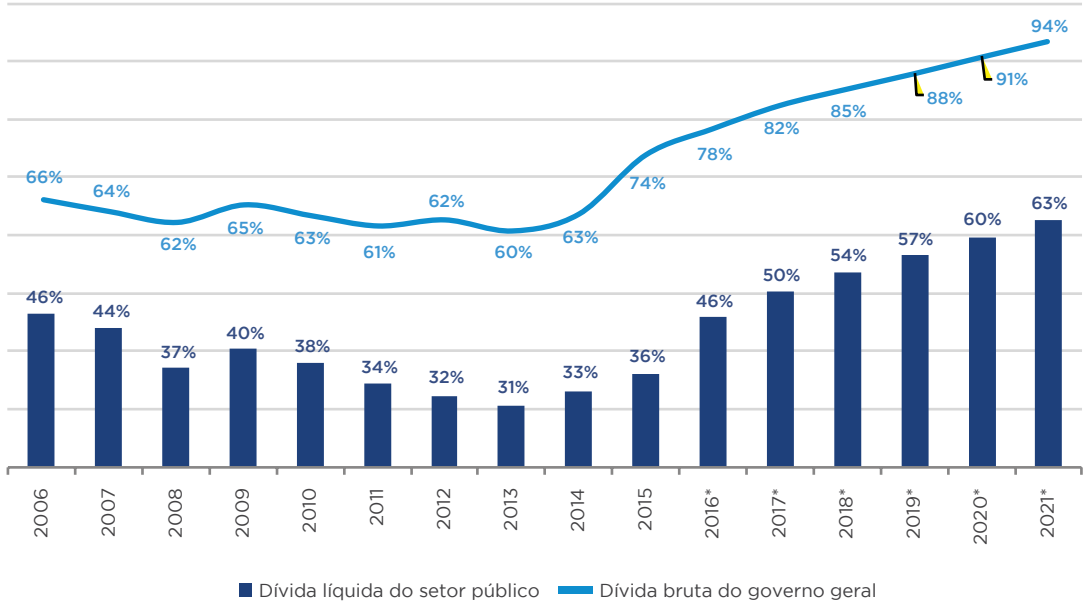
- Porque esta medida fará, finalmente, o Congresso brasileiro discutir o orçamento público, debatendo, dentre todos os desejos da sociedade, qual realmente será considerado prioritário;

- Além disso, e ainda mais urgente, a PEC é necessária porque a dívida pública brasileira está aumentando de forma insustentável. Enquanto a dívida pública bruta era equivalente a 63% do PIB em 2014 (R$ 3,6 trilhões, em valores nominais), ela está projetada para terminar 2017 equivalente a 82% do PIB (R$ 5,4 trilhões). De acordo com as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), se seguirmos nesse ritmo, a dívida pública chegará a ser equivalente a 94% do PIB em 2021 (R$ 8,1 trilhões).

A PEC DO TETO DOS GASTOS IMPLICA CORTE DE GASTOS?

Rigorosamente, a PEC do Teto dos Gastos não determina o corte de qualquer gasto público. Todavia, como esta emenda à constituição estabelece um limite para a expansão dos gastos, caso alguma despesa cresça acima da inflação, outras terão que sofrer cortes para adequar os gastos primários totais ao teto estabelecido. Como já está contratado o crescimento de algumas despesas, como a progressão de carreira de alguns segmentos do funcionalismo público ou o envelhecimento da população e o consequente aumento do número de beneficiários nas contas da previdência social, algebricamente alguns gastos precisarão ser cortados para que o teto seja respeitado. Como estes cortes não são determinados pela PEC, mas pela discussão do orçamento do Governo a cada ano, certamente essa medida trará conflitos entre os diversos grupos de interesse que se beneficiam direta ou indiretamente de frações dos gastos públicos. Claramente, os grupos menos organizados e os interesses mais dispersos tenderão a pagar uma fatia maior dessa conta.

BRASIL: RELAÇÃO DÍVIDA PÚBLICA–PIB



* Projeções do FMI
Fonte: Banco Central; FMI

Embora as políticas voltadas diretamente para o agro respondam por uma fração pequena dos gastos do setor público, infelizmente o universo agro poderá ser um dos setores mais atingidos pela PEC do Teto dos Gastos. Esta estabelece que um conjunto de gastos do Governo em um determinado ano não poderá crescer acima da inflação do ano anterior. Porém, como diversas despesas contam com indexadores (inflação, salário-mínimo, fração da arrecadação etc.) e outras têm um piso determinado por lei (notadamente, saúde e educação), a adequação do volume dos gastos públicos ao teto estabelecido pode comprometer as despesas que não contam com qualquer regra de proteção. Entre estas despesas, estão justamente todos os instrumentos de política agrícola. Em outras palavras, por não terem nenhuma proteção formal, os recursos alocados para o setor poderão servir como uma das variáveis de ajuste. É importante ter claro, aqui, a dimensão do desafio que se coloca sobre as lideranças do setor: agora, não bastará dizer por que o setor merece e precisa desse recurso; terá que se deixar claro por que uma fração do limitado recurso disponível não poderá ir para qualquer outro setor ou grupo de interesse.

COM A APROVAÇÃO DA PEC, A SITUAÇÃO FISCAL BRASILEIRA FICOU RESOLVIDA?

Apesar da importância da PEC do Teto dos Gastos, ela não é uma condição suficiente para colocar as contas públicas do governo federal em uma trajetória de equilíbrio. Para tornar esse teto viável, é necessário que haja "ajustes" de dois lados:

- Do lado dos gastos, se não houver outras reformas, com especial destaque para a da previdência, a manutenção do teto se tornará insustentável. Em outras palavras, para que os gastos públicos entrem em uma trajetória de equilíbrio, outras despesas também terão que entrar em uma trajetória de equilíbrio, como previdência, benefícios assistenciais e gastos com funcionalismo. Se estas reformas não avançarem, a PEC do Teto dos Gastos terá vida curta.

- Do lado das receitas, a economia precisa voltar a crescer para que a arrecadação volte a ganhar força. ■

PERSPECTIVAS PARA O AGRONEGÓCIO

2017 DEVE SER MELHOR

FELIPPE SERIGATI
Doutor em Economia pela Escola de Economia de São Paulo (FGV-EESP), professor e pesquisador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro) – felippe.serigati@fgv.br

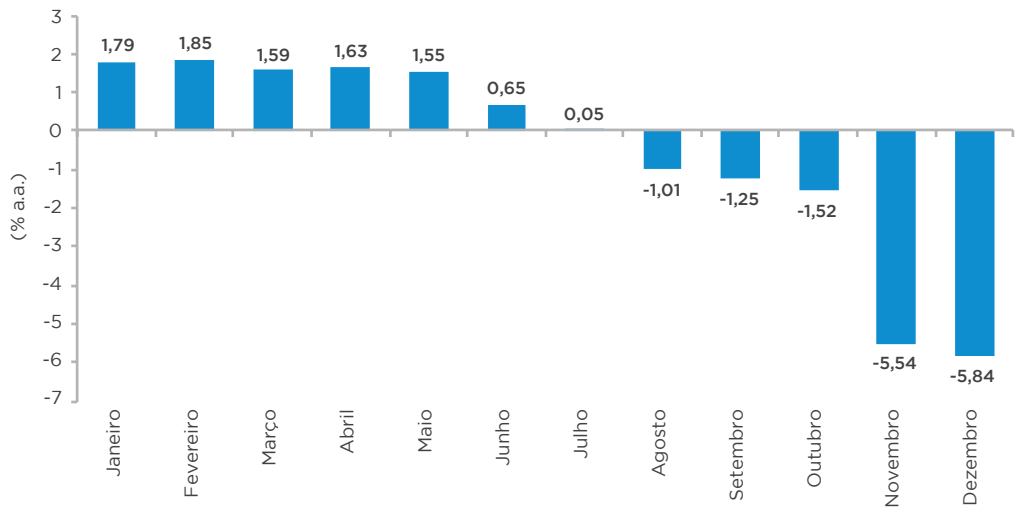
KELLEN SEVERO
Jornalista pós-graduada em Economia pela Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas na Universidade de São Paulo (Fipe/USP), apresentadora e editora-chefe do jornalístico Mercado&Cia, no Canal Rural – severokellen@gmail.com

O ANO de 2016 não foi fácil para as atividades agropecuárias brasileiras. Apesar do otimismo que existia no início do ano passado, o setor deve encerrar 2016 com uma forte contração. Em números, enquanto, na primeira semana de janeiro de 2016, o mercado projetava um crescimento de 2,0% para a produção agropecuária; as indicações, na última semana do ano, eram de uma contração de 5,8%. Caso tal projeção se confirme, terá sido a maior contração do setor na série histórica disponível no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com início em 1992.

Para 2017, o cenário de preços anteriormente descrito, combinado com a perspectiva mais favorável para o clima – embora esta projeção também possa mudar –, sustenta a projeção de um ano mais favorável para o setor. Todavia, um dos canais que mais contribuíram para o desempenho desfavorável do setor ao longo de 2016 continuará presente: o crédito continuará caro e mais exigente.

Por um lado, embora haja a previsão de que a taxa Selic deve prosseguir a sua trajetória de queda, encerrando o ano de 2017 em 10,50% a.a., ainda

EVOLUÇÃO DA PROJEÇÃO DO PIB DA AGROPECUÁRIA EM 2016 DE ACORDO COM A PESQUISA FOCUS
(FINAL DO MÊS)



Fonte: Banco Central

VARIAÇÃO DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA POR PRODUTO
(ATÉ JULHO DE 2016)

PRODUTO	VBP em 2016 (R$ bilhões)	Variação 2015/16
Algodão herbáceo	12,9	-7,3%
Arroz	9,1	-17,3%
Banana	13,6	33,4%
Batata-inglesa	7,3	26,1%
Café	23,3	13,4%
Cana-de-açúcar	52,5	-0,4%
Feijão	9,8	11,2%
Fumo	5,8	-27,5%
Laranja	10,1	-12,7%
Mandioca	6,3	-15,6%
Milho	42,7	-2,2%
Soja	117,3	3,0%
Trigo	4,8	29,6%
TOTAL LAVOURAS	**315,5**	**-0,9%**
Bovinos	74,4	-3,3%
Suínos	13,5	-13,0%
Frango	51,8	-2,4%
Leite	26,0	-10,7%
Ovos	12,6	-0,2%
TOTAL PECUÁRIA	**178,4**	**-4,8%**
VBP TOTAL	**493,9**	**-2,3%**

Fonte: MAPA

foi possível observar uma queda nas taxas de juros praticadas nas principais linhas de crédito ofertadas no mercado. Por outro lado, devido à crise fiscal, não há perspectiva de que o volume de crédito efetivamente concedido vá aumentar em 2017. Provavelmente, uma das alterativas para aliviar essa restrição serão os instrumentos privados de crédito, como as Letras de Crédito do Agronegócio (LCAs). De acordo com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), até o final de 2016, já tinham sido emitidos mais de R$ 6 bilhões por meio destes papéis.

A FRUSTRAÇÃO DA PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA EM 2016

No início de 2016, era comum entre os analistas a perspectiva de que as atividades agropecuárias eram o único grande setor da economia brasileira que poderia registrar algum crescimento ao longo do ano. Uma vez que as atividades agropecuárias tinham crescido 2,8% em 2014 e 3,9% em 2015, enquanto a economia brasileira estagnava em 2014 (0,5%) e encolhia em 2015 (-3,8%), havia a crença de que o universo agro passaria praticamente ileso pela forte crise econômica. Infelizmente, os números de 2016 colocaram em xeque esses argumentos. De acordo com a mediana das projeções da Pesquisa Focus do Banco Central, as atividades agropecuárias devem ter sido o setor econômico que mais encolheu (-5,8%) em 2016, ficando atrás da Indústria (-3,6%) e do setor de Serviços (-2,6%).

Embora ainda não haja dados completos de 2016, os números do Valor Bruto da Produção (VBP) agropecuária até julho de 2016 divulgados pelo MAPA sugerem que o ano foi complicado para a pecuária e para diversas culturas, com especial destaque para algodão, arroz, fumo, laranja, mandioca e milho. De forma agregada, até julho de 2016, a produção das lavouras encolheu 0,9%, e a da pecuária, 4,8%. Somadas as produções de ambos os segmentos, tem-se que o VBP do setor encolheu 2,3%.

O QUE DERRUBOU TÃO FORTEMENTE A PRODUÇÃO DO SETOR AO LONGO DO ANO?

Como foi visto, a contração da produção não foi um evento isolado em poucas cadeias produtivas. Logo, embora devam existir causas particulares que expliquem por que algumas culturas sofreram mais do que outras, está claro que houve fatores comuns a todo o setor que comprometeram seu desempenho em 2016. De uma perspectiva mais macro, dois fatores merecem especial destaque:

- Clima desfavorável: em 2016, observou-se uma distribuição bastante irregular das chuvas. Principalmente no primeiro semestre, houve um volume excessivo de chuvas em diversas áreas das regiões Sul e Sudeste e um volume abaixo do esperado para diversas regiões do Cerrado brasileiro.

- Mercado de crédito: provavelmente, o mercado de crédito tenha sido o principal canal de transmissão da crise econômica para o universo agro. No início da safra passada, os produtores depararam-se com um crédito mais caro, tanto nas linhas oficiais, quanto nas demais fontes de financiamento disponíveis no mercado. Do lado das linhas oficiais, a forte crise fiscal implicou uma concessão menor e mais exigente de crédito para o setor. Do lado do crédito privado, a permanência da taxa Selic em patamares elevados ao longo de praticamente toda a safra fez com que o financiamento fora das linhas oficiais também ficasse menos atraente.

E PARA 2017? O QUE DEVEMOS ESPERAR?

Fazer previsões é uma atividade de risco, e, tal como em 2016, pode haver frustrações. Todavia, com as informações disponíveis até o final do ano, as expectativas do mercado sugerem que 2017 deverá ser um ano melhor para o setor. De acordo com as projeções da Pesquisa Focus do Banco Central, os analistas estão projetando uma expansão das atividades agropecuárias entre 0,4% e 5,0%, com mediana em 3,6%. Estes números indicam que o mercado voltou a acreditar que o universo agro deverá ser o setor com o maior crescimento em 2017. Na realidade, as atividades agropecuárias

PROJEÇÕES PARA 2017 DA PESQUISA FOCUS DO BANCO CENTRAL (% A.A.)*

	Mínimo	Mediana	Máximo
Agropecuária	0,39	**3,63**	5,00
Indústria	-1,50	**0,77**	1,96
Serviços	-0,40	**0,00**	1,50
PIB Brasil	-0,95	**0,58**	2,11

* Projeções de 16 de dezembro de 2016
Fonte: Banco Central

são o único setor para o qual o mercado descarta a possibilidade de uma nova contração em 2017 – o que, se confirmado, levará a uma contração do PIB pelo terceiro ano consecutivo.

Do lado macro, há alguns fatores que justificam as projeções favoráveis ao setor em 2017. Entre eles, merecem destaque:

- Razoável estabilidade nas cotações das *commodities* agrícolas no mercado internacional: parece que o mercado já precificou as elevações das taxas de juros dos Estados Unidos previstas (na verdade, praticamente já anunciadas pelo Banco Central norte-americano). Em condições normais, por apreciar o dólar e tornar os títulos da dívida deste país mais atraentes, uma elevação da taxa de juros norte-americana tende a contrair as cotações das *commodities* agrícolas. Todavia, parece que o mercado já precificou os novos aumentos nesta taxa de juros, pois, de acordo com as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI), em geral não deve haver fortes contrações nos preços das *commodities* agrícolas no mercado internacional.

- Tendência de leve depreciação do real: de acordo com as projeções da Pesquisa Focus do Banco Central, o mercado prevê que a taxa de câmbio deve terminar janeiro em R$ 3,39/US$ e encerrar 2017 em R$ 3,45/US$. Naturalmente, a incerteza ainda é muito grande, pois, considerando o desvio-padrão dessas projeções, a taxa de câmbio pode terminar 2017 entre R$ 3,07/US$ e R$ 3,83/US$.

Enfim, se 2016 foi um ano duro para o setor (na verdade, para toda a economia brasileira), as perspectivas para 2017 são bem mais animadoras. Infelizmente, o mesmo não vale para o restante da economia. ■

MERCADO DO MILHO

EXPECTATIVAS DE BOA RENTABILIDADE PARA 2016/17

RAFAEL RIBEIRO DE LIMA FILHO
Zootecnista da Scot Consultoria

ALEX SANTOS LOPES DA SILVA
Zootecnista da Scot Consultoria

GUSTAVO ADOLPHO MARANHÃO AGUIAR
Zootecnista da Scot Consultoria

PARA O agricultor, o momento atual, de preços mais firmes e em alta em algumas praças, pode ser uma oportunidade para fechar negócios com a produção de 2016/17, já que, para o longo prazo, o esperado são preços menores, com o peso do aumento da produção e maior disponibilidade interna. Vale a pena ficar de olho no câmbio, pois o dólar pode, pontualmente, mexer com as exportações brasileiras e oferecer oportunidades de comercialização da produção. Até a colheita brasileira começar, há muita água para rolar.

Os preços do milho firmaram-se no final de 2016, e esse deverá ser o tom do mercado durante este mês. Na região de Campinas, no estado de São Paulo, a saca de 60 quilos fechou cotada em R$ 38,50 na primeira quinzena, considerando o produto para a entrega imediata, sem o frete. Esse patamar pode ser o piso de preços na temporada.

Até a colheita do milho 1ª safra ou safra de verão 2016/17, a expectativa é de preços firmes. Além dos estoques reduzidos, espera-se uma retomada da demanda nos primeiros meses de 2017. Com relação aos vendedores, por ora existe resistência a preços mais baixos.

Apesar do mercado firme no curto prazo, não se deve surpreender com movimentos de altas nas cotações. Porém, o baixo volume de operações, a exportação em ritmo lento e a expectativa de aumento da produção são fatores limitantes para esses aumentos.

No mercado futuro, os contratos de milho com vencimentos em janeiro de 2017 e março 2017 mostraram-se mais firmes em dezembro, com altas de preços refletindo as questões de resistência do lado vendedor (pontual) e da pequena

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE MILHO

	Safra 2015/16		Safra 2016/17*	
	Área (milhões de hectares)	Produção (milhões de toneladas)	Área (milhões de hectares)	Produção (milhões de toneladas)
1ª safra (verão)	5,38	25,85	5,55	27,74
2ª safra (inverno)	10,54	40,72	10,54	56,08
Total	**15,92**	**66,57**	**16,09**	**83,82**

* Estimativa em dezembro de 2016
Fonte: Conab

disponibilidade interna até a colheita da safra de verão. Já os contratos com vencimentos em maio de 2017 e setembro 2017 ficaram mais frouxos, refletindo a expectativa de uma segunda safra boa.

Diante da expectativa de uma safra 2016/17 cheia (primeira e segunda safras), a tendência de preços é de queda em meados do primeiro trimestre, com a pressão de baixa ganhando força no final do primeiro semestre de 2017. No entanto, pontualmente alguns fatores podem mexer com o mercado brasileiro, dando sustentação às cotações. Dentre eles, destacamos o dólar, firme em relação ao real, que pode interferir na exportação no primeiro trimestre de 2017, com o avanço da colheita da primeira safra. Neste momento, as exportações brasileiras de milho grão estão estimadas em 24,0 milhões de toneladas, frente a 18,0 milhões de toneladas embarcados na safra 2015/16.



SHUTTERSTOCK

Outro ponto de incerteza é com relação à demanda interna, principalmente pelos setores de aves e suínos. Segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Alimentação Animal (SINDIRAÇÕES), a produção de ração deverá aumentar: estão previstos 69,0 milhões de toneladas em 2017, frente aos 66,8 milhões de toneladas produzidos em 2016.

A Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) estima que o consumo doméstico de milho será de 56,50 milhões de toneladas em 2016/17, frente a 51,30 milhões de toneladas demandados em 2015/16.

RESULTADOS DO MILHO 2ª SAFRA

Apesar da expectativa de preços menores, o resultado econômico da produção de milho deverá ser melhor do que na temporada anterior. Considerando a segunda safra (safra de inverno), além da queda nos custos de produção – com destaque para o recuo de preços dos adubos na temporada –, a expectativa é de uma melhora substancial na produtividade média, devido ao clima mais favorável.

Segundo o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária (IMEA), os custos de produção caíram 14,2% em 2016/17, frente a 2015/16, enquanto o rendimento médio deverá ser 27,2% maior. Com base no capital médio (capital imobilizado em maquinários, benfeitorias e terra), estima-se uma rentabilidade de 1,5% no Mato Grosso, frente a rentabilidade negativa de 4,1% no ciclo que se encerrou. O lucro está estimado em R$ 187,74 por hectare de milho 2ª safra no estado. ■

MATO GROSSO: RENTABILIDADES MÉDIAS POR HECTARE PARA O MILHO 2ª SAFRA

PARÂMETROS	Unidade	2015/16	2016/17*
Custo de produção	R$	2.488,18	2.136,05
Produtividade média	Sacas	74,2	94,4
Preço de venda	R$/saca	26,67	24,62
Receita	R$	1.978,91	2.323,79
Lucro	R$	-509,27	187,74
Rentabilidade média	%	-4,1	1,5

* Estimativa
Fonte: IMEA; Scot Consultoria

BEM-ESTAR ANIMAL

A RELEVÂNCIA NA ECONOMIA

FREDERICO MAZZOCCA

Médico-veterinário especialista em bem-estar animal pelo Centro de Estudos Comparativos em Saúde, Sustentabilidade e Bem-estar, da Faculdade de Medicina Veterinária e Zootecnia da Universidade de São Paulo (FMVZ/USP)

O BEM-ESTAR animal reflete uma nova demanda das sociedades modernas, assumindo contexto e dimensão mundiais. Iniciativas em diversos níveis vêm sendo criadas para posicionar esse tema como estratégico para a produção de alimentos à base de proteína animal.

Nesse contexto, ganha destaque o fato de que o Comitê de Segurança Alimentar Mundial das Nações Unidas (CFS/ONU) aprovou uma política inédita de recomendações relacionadas ao bem-estar dos animais em outubro de 2016.

As preocupações dos consumidores a respeito de como são tratados os animais para o consumo não são um fenômeno novo. O tema começou a ganhar mais espaço entre os consumidores a partir de um livro escrito em 1964 pela inglesa Ruth Harrison, com o título "Máquinas Animais", que possibilitou ao público compreender como eram tratados os animais.

Em 1967, uma comissão passou a pesquisar maneiras de avaliar e melhorar as condições dos animais no sistema produtivo e, posteriormente, editou a Declaração Universal de Bem-Estar Animal, onde constam as "Cinco Liberdades", as quais são aceitas até hoje como uma descrição geral de bem-estar animal: (i) livres de fome, sede e desnutrição; (ii) livres de desconforto; (iii) livres de dor, ferimentos e doenças; (iv) livres para expressar seu comportamento; e (v) livres de medo e estresse. Estas liberdades estão relacionadas com aspectos nutricionais, ambientais, sanitários, comportamentais e psicológicos dos animais, respectivamente.

A aplicação destes princípios possibilitou saltos qualitativos em relação aos sistemas de criação, com adequações do espaço mínimo disponível por animal, fornecimento de dietas balanceadas, disponibilidade de sombra em sistemas extensivos, transporte com embarque minimizando o estresse e em veículos apropriados, determinação de tempo e distância máximos, sem interrupção, até o abatedouro e abate com insensibilização eficaz.

Sobre os padrões internacionais já estabelecidos, ressalta-se a importância da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE), que é a organização internacional de referência para a segurança do comércio de animais e produtos de origem animal no mundo e que tem seu papel oficialmente reconhecido pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

A OIE já definiu uma série de regras sobre bem-estar animal, e o Brasil atribui grande importância a estes princípios, principalmente por ser um grande exportador de alimentos. Assim, percebe-se uma tendência da sociedade brasileira e dos mercados importadores de produtos de origem animal em demandar padrões mínimos de bem-estar animal nas cadeias produtivas.

Essa perspectiva fica evidente com a proposta de cooperação bilateral de intercâmbio em bem-estar animal entre Brasil e Alemanha que foi apresentada ao secretário executivo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Eumar Novacki, pelo conselheiro para Alimentação, Agricultura e Defesa do Consumidor da Embaixada da Alemanha no Brasil, Martin Nissen, em 26 de novembro de 2016.

Os padrões de bem-estar dos animais estão tornando-se parte de um cenário mais vasto de busca por qualidade e sustentabilidade em sistemas de garantia nos produtos de origem animal. À medida que a sociedade passa a reconhecer a produção animal ética como um fator relevante, pode-se inferir ao bem-estar animal um valor econômico.

ESFORÇO PARA ATENDER AS EXIGÊNCIAS DE BEM-ESTAR

Mesmo com a definição de regras pela OIE, vários países estabelecem regras próprias, que podem estar em desacordo com a OIE, como, por exemplo, o Regulamento da Comunidade Europeia (CE) nº 1.099/09, que, entre outras questões, exige das empresas que as operações de abate só sejam realizadas por profissionais detentores de um certificado de aptidão em bem-estar animal.

Interpretações diversas de que a entrada em vigor do regulamento da CE obrigaria, também, que os estabelecimentos de abate dos países terceiros o cumprissem levaram o MAPA a publicar a Portaria nº 246/15, a qual propõe uma normativa para o credenciamento de entidades para realizar o treinamento em manejo pré-abate e de abate de animais.

Caso esta normativa não fosse publicada, na interpretação do MAPA, haveria perda de equivalência com a regulamentação europeia, podendo haver sanções às exportações brasileiras de carnes de diversas espécies.

A cooperação internacional faz parte da estratégia da União Europeia (UE) para tentar desenvolver condições equitativas em matéria de bem-estar animal. Nesse sentido, o bloco já desenvolve várias ações, como:

- A inclusão do tema bem-estar animal nos acordos comerciais bilaterais ou nos fóruns de cooperação visando a uma colaboração mais concreta com os países terceiros; e
- A atuação de maneira ativa e permanente no plano multilateral, em especial junto à OIE e à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO).

Ao entrar no mundo da Economia, o tema passa a ser parte integrante dos cálculos do valor econômico dos produtos de origem animal. Prova disso é que já existem estudos detalhados do impacto que o padrão de bem-estar pode ter nas relações de custo-benefício para a cadeia produtiva.

De acordo com as recentes conclusões da avaliação da política de bem-estar animal da União Europeia, as normas impuseram custos adicionais aos setores da produção animal, estimados em cerca de 2% de seu valor global. Não há provas de que o custo adicional tenha, até agora, ameaçado a sustentabilidade econômica do sistema produtivo.

Uma vez que o bem-estar animal não é tradicionalmente um bem comercializável, ele não carreia um benefício econômico evidente, e, desta forma, os produtores concentram-se na produtividade. As teorias econômicas demonstram que os sinais de mercado tendem a conduzir a padrões de bem-estar animal abaixo da norma considerada desejável por algumas sociedades.

Em países em desenvolvimento, a questão de quem vai arcar com os custos de uma melhor qualidade de vida para os animais de produção é, em parte, responsável por uma limitação de progressos nessa área. É essencial uma compreensão de como as preocupações ou a ausência dessas considerações podem influenciar aspectos econômicos.

O MAPA indica que pequenas alterações de manejo e instalações, mesmo associadas a baixos investimentos, podem representar uma elevação importante no padrão de bem-estar dos animais, minimizando perdas nos sistemas produtivos.

A adaptação da produção animal brasileira aos mais altos padrões de bem-estar animal é um processo inexorável, mesmo com as incertezas de forma e ritmo de desenvolvimento dessa transformação. A necessidade de sua incorporação na produção animal brasileira talvez emane primeiramente de preocupações éticas da própria sociedade brasileira, ou, talvez, por haver barreiras de comércio exterior fundamentadas nessas questões. O importante é que o Brasil caminhe em direção a uma realidade na qual a consideração do bem-estar de animais de produção pode tornar-se um trunfo. ■

BIOCOMBUSTÍVEIS

GOVERNO FEDERAL MIRA RECUPERAÇÃO DO SETOR

PLINIO M. NASTARI
Presidente da DATAGRO Consultoria

MANTIDA A política seguida nos últimos oito anos, o País estará condenado à condição de importador estrutural de gasolina e diesel. Segundo estimativas da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), em 2030 a importação de gasolina será de 410 mil barris por dia – o mesmo volume está projetado para a importação de óleo diesel. No caso da gasolina, este volume representa o consumo equivalente de 23,6 bilhões de litros de etanol anidro, ou 33,8 bilhões de litros de etanol hidratado. No caso do diesel, são 23,6 bilhões de litros. Para fazer frente a essa situação, só há duas saídas: promover a produção local de combustíveis fósseis ou renováveis ou investir na ampliação da atual infraestrutura portuária.

É diante dessa encruzilhada que o governo federal lançou, no final de novembro e no início de dezembro últimos, dois programas que indicam a intenção de recuperar o setor de biocombustíveis. Em 14 de novembro, por ocasião da COP-22 em Marrakech (Marrocos), o Brasil e mais 19 países – todos eles considerados chaves para o cumprimento do Acordo do Clima de Paris – lançaram a Plataforma para o Biofuturo. Esta

SHUTTERSTOCK



ação visa adiantar as políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dos biocombustíveis avançados, notadamente o etanol. É uma ação importante, capitaneada pelos Ministérios das Relações Exteriores (MRE), Meio Ambiente (MMA) e Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para consolidar e adiantar a produção de biocombustíveis avançados e reconhecer os aspectos relevantes da bioeconomia, como o papel dos biocombustíveis nos desenvolvimentos econômico e social. O primeiro evento pós-lançamento foi a realização de um importante seminário em Londres, promovido pela Embaixada do Brasil no Reino Unido, com a participação de técnicos de ambos os países, para discutir oportunidades e desafios nessa área.

A segunda ação relevante foi o lançamento do RenovaBio, realizado no Ministério de Minas e Energia (MME), em Brasília, no dia 13 de dezembro. O ministro do MME, Fernando Bezerra Coelho Filho, foi enfático ao ressaltar a importância do papel dos biocombustíveis para o abastecimento, o meio ambiente e o desenvolvimento econômico. No mesmo dia, foi apresentada ao presidente Temer a promissora tecnologia de célula a combustível movida a etanol, mas foi também discutida a importância de outras tecnologias automotivas, como a biela variável, que permite a alteração automática da taxa de compressão dos motores, numa faixa de 8:1 a 14:1, o que aumentará a eficiência energética do uso do etanol. Foram apresentadas, ainda, outras tecnologias nas áreas industrial e de produção agrícola.

No lançamento do RenovaBio, foi anunciada a intenção de se formular uma proposta de regulação que permita reconhecer a contribuição de cada biocombustível para o cumprimento das metas de descarbonização assumidas pelo Brasil no Acordo do Clima. Os biocombustíveis que devem ser reconhecidos são o bioetanol, o biodiesel, o biogás/biometano e o bioquerosene. É importante, também, observar que o governo federal não está preocupado apenas com os objetivos da política ambiental, mas, sobretudo, reconhece a contribuição que os biocombustíveis oferecem para o desenvolvimento econômico e a preservação de indicadores macroeconômicos.

O fato de o Governo estar preocupado com essa questão é de grande importância e representa a esperança de que, passados mais de quarenta anos desde que foi desenhado um plano de expansão da produção e do consumo de etanol em larga escala, sejam criadas condições para uma retomada do estímulo ao investimento de capital privado de risco na área de biocombustíveis. Foi aprovada a meta de continuar avançando no uso de biodiesel, que, em março de 2017, passa de 7% para 8% em mistura com diesel fóssil, aumentando sucessivamente até chegar a 10% em 2019. No caso do biometano, existe a oportunidade de geração em áreas isoladas, visando à substituição do óleo diesel utilizado para a geração térmica, que representa elevado dispêndio para o País.

Mais do que aumentar a produção e o consumo, o programa visa aumentar a eficiência energética do uso de biocombustíveis, estimulando a introdução de tecnologias que aproveitem melhor as oportunidades existentes.

O compromisso do Brasil é reduzir as emissões de gases do efeito estufa em 37% até 2025 e em 43% até 2030, sobre a base de 2005. No entanto, é numa realidade dramática de mais de 12 milhões de desempregados, e de desafios crescentes na geração de novos investimentos e na preservação do saldo da balança comercial, que o Governo mira os biocombustíveis como um setor prioritário de atuação. Essa é uma excelente notícia e representa a oportunidade de corrigir a rota desastrosa seguida nos últimos oito anos, promovendo desenvolvimento regional, emprego e renda e apresentando efeito multiplicador na economia. ■

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ *FAIR TRADE*

A EXPERIÊNCIA DA APPCER NO CERRADO MINEIRO

CLESIO MARCELINO DE JESUS*
BRUNO PEROSA*
* Professores do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IEUFU) e pesquisadores do Núcleo de Estudos Rurais (NERU)

O COMÉRCIO justo, tradução da expressão "*fair trade*" da língua inglesa, é uma das modalidades de certificação existentes no mundo bastante difundidas nos países desenvolvidos e que vem ganhando espaço no Brasil no período recente. O termo *fair trade* nasceu na década de 1940 na Europa e nos EUA, com o objetivo de tornar o comércio internacional uma fonte de recursos e inclusão social para sociedades empobrecidas de países em desenvolvimento por meio da aquisição de produção de pequenos produtores localizados nos países do hemisfério Sul.

Para demonstrar que determinada produção recebe o selo para comercialização no comércio justo, é preciso passar por um procedimento de certificação, garantindo ou cumprindo uma série de exigências, sendo elas inspecionadas por um órgão certificador que autoriza a utilização do selo da certificação obtida. No caso do *fair trade,* a empresa independente responsável pela certificação é a Fairtrade Labelling Organizations International (FLOCERT). A certificação atesta a qualidade de determinado produto e fornece uma garantia, passando segurança para comerciantes e consumidores. Logo, pode-se afirmar que a certificação reduz a assimetria de informação para os consumidores.

O Brasil tem participando de forma tímida nessa modalidade de comércio internacional, concentrando-se no fornecimento de poucos produtos agrícolas para países do hemisfério Norte. O suco de laranja no estado do Paraná foi o pioneiro na exportação para o mercado europeu, que foi incorporando outros produtos, como café, mel, frutas frescas e desidratadas, açaí e, de forma incipiente, alguns artesanatos. O mercado interno do comércio justo também é limitado, está se ampliando e demanda algumas normatizações para funcionar com maior efetividade.

EXPORTAÇÃO DE CAFÉ *FAIR TRADE*: O CASO DO CERRADO MINEIRO

Na região do Cerrado mineiro, uma experiência de comércio justo merece destaque: a Associação dos Pequenos Produtores do Cerrado (APPCER), que produz café. A associação está localizada no município de Patrocínio-MG, o principal produtor dentre os cinquenta e cinco municípios que compõem a região do Cerrado mineiro e que obteve a Denominação de Origem em 2013.

A organização do Núcleo de Cooperativismo do Pequeno Produtor (NUCOOPP) e, depois, da APPCER foi estimulada pela demanda de compradores internacionais de café da Expocaccer que demandavam cafés especiais, certificados e, também, com o selo Fair Trade. Num primeiro momento, tanto a demanda como a oferta de café com o selo Fair Trade foram crescentes, multiplicando a comercialização deste café por cinco entre as safras de 2010 e 2015, quando o volume negociado foi superior a 12.000 sacas.

A comercialização via selo Fair Trade paga um prêmio por saca de café que é destinado à associação dos cafeicultores familiares, além do preço pago por saca, normalmente um preço acima do de mercado e pago diretamente ao produtor, prêmio e preços que incentivaram vários produtores a buscarem essa certificação.

É justamente esse prêmio e o seu destino que vêm despertando o interesse de novos cafeicultores pela filiação à APPCER. Em 2015, o prêmio girou em torno de US$ 26,00 por saca, oscilando na cotação nacional entre R$ 75,00 e R$ 100,00 por saca. Como o prêmio é da associação, são os associados por meio do Plano de Desenvolvimento do Comércio Justo (PDCJ), elaborado por eles mesmos, que norteiam o destino da aplicação do prêmio.

Conforme orientações da certificadora, o prêmio deve ser destinado ao desenvolvimento sustentável da comunidade local sintetizado no PDCJ. Para tanto, o prêmio é dividido em investimentos para melhorar a qualidade do café e para aumentar a produção e a produtividade. Outra parte é destinada à qualificação do cafeicultor e da sua família. Com isso, a associação mantém bolsas de Graduação no ensino superior, bolsas de línguas estrangeiras, bolsas de ensino em informática e bolsas do curso de formação em técnico agrícola. Além disso, há o investimento social: no caso em questão, foi eleita uma creche na zonal rural do município que atende parte da região dos cafeicultores familiares. O prêmio é destinado, também, a: ações de fortalecimento da marca; questões ambientais nas propriedades dos associados; manutenção da equipe de assistência técnica e da secretaria; apoio a eventos para os associados; e questões trabalhistas.

Outro fato interessante é que importadores de café *fair trade*, buscando obter um café de melhor qualidade, também vêm apoiando a modernização do processo produtivo. Recentemente, um importador apoiou a substituição de terreirões de chão batido por terreirões pavimentados em quinze propriedades de associados.

Como o processo para obter a certificação Fair Trade não exige muitos custos extras, é necessário cumprir alguns requisitos sociais e ambientais e apresentar um maior cuidado com a produção. Muitos produtores de café com perfil de agricultores familiares, acompanhando os resultados da conquista da APPCER, vêm demandando a filiação à Associação para fazer parte do comércio justo. A associação pode fechar o ano de 2016 com oitenta associados.

De outro lado, o limitador do processo está no lado da demanda: num momento de preços muito elevados como vem ocorrendo em 2016, o preço pago pelo *fair trade* está próximo ou abaixo do preço de mercado, fato que tem levado muitos cafeicultores familiares a comercializarem o produto fora do mecanismo, o que pode reduzir o prêmio pago e inviabilizar o PDCJ. ■



SHUTTERSTOCK

MUDANÇAS CLIMÁTICAS

DEPOIS DA COP-22

DA REDAÇÃO

A 22ª Conferência das Partes (COP-22) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (UNFCCC, na sigla em inglês) foi realizada em Marrakech, no Marrocos, em novembro do ano passado. A sua missão era estabelecer uma agenda de implementação de medidas de fiscalização, transparência e financiamento das metas estabelecidas no Acordo de Paris (COP-21), até 2018. Tudo parecia ser um trabalho sem grande embaraço.

No entanto, os participantes do evento foram tomados de surpresa com a entrada em vigor do Acordo em 4 de novembro: cerca de 55 países responsáveis por 55% das emissões mundiais ratificaram e deram condições para o documento entrar em vigor como lei internacional. A expectativa inicial era de que esse fato somente se consumasse em 2020. Essa época coincidiria com o começo do primeiro período de compromisso com as Contribuições Pretendidas Determinadas Nacionalmente (INDC, na sigla em inglês).

Outro acontecimento até então longe das previsões foi a eleição de Donald Trump, que ameaçava sair das negociações e rejeitava discutir as mudanças climáticas durante a sua campanha presidencial nos Estados Unidos.

Com isso, os líderes na plenária da COP-22 ficaram pressionados a estabelecer um calendário de temas sobre a regulamentação da transparência, da fiscalização e do financiamento do acordo. O prazo para o fórum responsável concluir esse trabalho reduziu de 2020 para 2018. É a metade do tempo disponível que teve o Protocolo de Kyoto.

Países signatários do documento de Marrakech apontam a necessidade de ampliar os volumes e o fluxo de recursos financeiros destinados a custear o desenvolvimento e a implementação de projetos que beneficiem o clima. O acordo prevê a criação de um fundo anual de US$ 100 bilhões, financiado pelos países ricos, a partir de 2020, para limitar o aquecimento global a 1,5 °C. ■

COMPROMISSO DO BRASIL

A meta é reduzir as emissões de gases do efeito estufa (GEEs) em 37% e 43%, respectivamente em 2025 e 2030, em comparação aos níveis de 2005. Trata-se de uma proposta arrojada para o mundo no que refere ao combate às mudanças climáticas.

Apesar de o Brasil estar listado entre os dez maiores emissores mundiais de GEEs do mundo, a situação nacional é diferenciada. Grande parte das suas emissões está concentrada no setor da agropecuária, o que não ocorre em outros países. Assim, para contribuir com o Acordo de Paris, o País defronta-se com o desafio de implementar sistemas produtivos agropecuários mais eficientes.

A INDC brasileira contém ações como o fim do desmatamento ilegal na Amazônia, a restauração e o reflorestamento de 12 milhões de hectares, a recuperação de 15 milhões de hectares de pastagens degradadas e o alcance de 45% na participação de energias renováveis na composição da matriz energética.

No âmbito da energia, o Brasil já possui uma das matrizes energéticas mais renováveis do mundo, com aproximadamente 75% de fontes renováveis na oferta de energia elétrica, além de um dos mais bem-sucedidos programas de biocombustíveis, o que resulta em cerca de 40% da sua matriz energética renovável (três vezes superior à média mundial).

IRRIGAÇÃO, TECNOLOGIA E "REEXISTÊNCIA"

POBREZA NO VALE DO RIO SÃO FRANCISCO

EVARISTO EDUARDO DE MIRANDA
Chefe-geral da Embrapa Monitoramento por Satélite

A PARTIR da década de 1970, o vale do rio São Francisco, no sertão nordestino, recebeu grandes incentivos por parte do governo federal. Durante mais de trinta anos, foram investimentos em educação, saúde, energia, infraestrutura, inovação tecnológica, industrialização e meio ambiente, entre outros.

Complementados por políticas de saúde, meio ambiente, educação, infraestruturas viária e energética e comunicação, os três principais eixos das políticas públicas voltadas à inclusão produtiva no semiárido nordestino foram e ainda são os acessos a:

- Água (irrigação, adutoras, cisternas etc.);
- Terra (assentamentos agrários, regularização fundiária); e
- Tecnologias de produção, em especial para a agropecuária de sequeiro.

Agora, um estudo em bases territoriais está em curso na Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), focado na região do submédio do rio São Francisco, para avaliar todos esses esforços para o desenvolvimento da agricultura.

A REGIÃO DO SUBMÉDIO DO SÃO FRANCISCO

A região do submédio do rio São Francisco começa a jusante do lago e da barragem de Sobradinho e vai até a divisa com Alagoas. Representa 14% da área do semiárido nordestino, com cerca de 172.000 produtores rurais, o correspondente a 19% da área total no vale do São Francisco.

Foram instalados 27 grandes perímetros de território para a prática da irrigação, perfazendo um total de 283 mil hectares, com tecnologia moderna e alta produtividade. Encontram-se ainda em implantação mais 1.842 hectares, além de estarem em estudo mais oito perímetros, no valor de US$ 250 mil. A irrigação na produção de frutas gerou uma renda na ordem de US$ 500 milhões em 2015.

O Grupo de Inteligência Territorial Estratégica (GITE), da Embrapa, disponibilizou alguns resultados sobre a situação da pobreza rural no vale do rio São Francisco. A partir do acesso aos microdados do Instituto Brasileiro de Geografia

BRASIL, NORDESTE E SUBMÉDIO DO RIO SÃO FRANCISCO: COMPARAÇÃO DAS CLASSES DE POBREZA

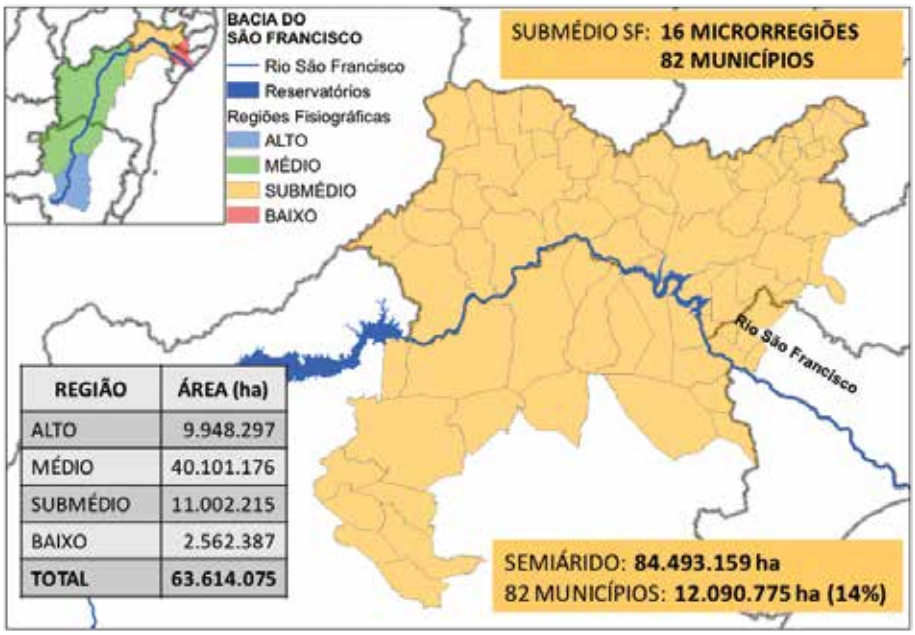
CLASSES DE RENDA	Brasil		Nordeste		Submédio do rio São Francisco	
	Propriedades	%	Propriedades	%	Propriedades	%
Muito pobre	1.904.736	56,1	1.740.332	84,8	122.715	83,9
Pobre	995.702	29,3	229.895	11,2	17.142	11,7
Média	472.483	13,9	80.182	3,9	6.046	4,1
Rica	25.169	0,7	3.111	0,2	288	0,2
Total	**3.398.090**	**100,0**	**2.053.520**	**100,0**	**146.191**	**100,0**

Fonte: IBGE; Embrapa

e Estatística (IBGE), Eliseu Alves, Geraldo da Silva e Souza e equipe calcularam a renda bruta de todos os estabelecimentos agrícolas do Brasil, do Nordeste e da região do submédio do São Francisco. Em 2006, após 25 anos de implantação de todas essas políticas públicas, quase nenhuma mudança é perceptível, quando se compara a região do submédio com os dados do Brasil ou da região Nordeste.

A persistência da pobreza na zona rural apresenta-se nos três grandes eixos das políticas públicas (água, terra e tecnologias de produção). Isso serve para o Brasil, o Nordeste e a região do submédio do rio São Francisco. A zona de pobreza é maior nos estabelecimentos com áreas menores de 100 hectares – que representam 85% da área total – do que nos com imóveis superiores a 100 hectares – com participação de 15% da área total.

IMAGEM TERRITORIAL DA REGIÃO DO SUBMÉDIO DO RIO SÃO FRANCISCO



REGIÃO	ÁREA (ha)
ALTO	9.948.297
MÉDIO	40.101.176
SUBMÉDIO	11.002.215
BAIXO	2.562.387
TOTAL	63.614.075

DESENVOLVER A AGRICULTURA OU OS AGRICULTORES?

Os primeiros resultados da pesquisa apontam uma realidade desafiadora: a "reexistência" da pobreza e dos produtores rurais. Não ocorre ali uma forte migração rural, a chamada agricultura sem agricultores.

A população rural permanece em condições de vida de generalizada pobreza. As inovações tecnológicas e a gestão fundiária são indispensáveis para a agricultura de sequeiro. Como, então, usar a experiência das ações realizadas para compreender processos e resultados?

Não se pode abrir mão de irrigar, mesmo se Governo perdeu a capacidade de investir. O Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) e a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) ilustram os limites atuais: com a falta de recursos, há projetos inconclusos e nenhum novo para expansão do perímetro de irrigação. É preciso que haja novas fórmulas para conceder os projetos inacabados, com uma ação coordenada de investimentos privados com apoio do Governo em infraestrutura, eletrificação, licenciamentos e outorgas.

Quanto aos programas assistenciais, parecem válidos os versos de Luiz Gonzaga na música *Vozes da Seca*: "Seu doutô, os nordestino têm muita gratidão/Pelo auxílio dos sulista nessa seca do sertão/Mas doutô, uma esmola a um homem qui é são/Ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão".

APOIO ÀS AGRICULTURAS IRRIGADA E DE SEQUEIRO

Há quase quarenta anos, a Embrapa instalou o Centro de Pesquisa Agropecuária do Trópico Semiárido (CPATSA), em Petrolina, no estado de Pernambuco, voltado à geração de tecnologia para a região.

Em paralelo, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) assumia a liderança na criação e na gestão dos perímetros irrigados no mais complexo e maior território de irrigação do Nordeste e do Brasil.

Anos depois, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) promoveu o acesso a terra para famílias sertanejas em projetos de assentamentos agrários com ou sem irrigação.

Na tecnologia de armazenagem de água, foram instaladas 73.500 cisternas, em 42,7% dos estabelecimentos rurais, para consumo humano e algum uso agrícola. O acesso ao recurso hídrico é grande quando se consideram os perímetros irrigados nas margens do rio São Francisco somados àqueles atendidos no meio rural.

Na introdução de tecnologias, tivemos os chamados barreiros de salvação, a captação *in situ* e as pequenas barragens, dentre outras, na captação de água. Para produção agrícola, foram disponibilizados novos modelos de implementos para tração animal e o emprego de variedades e espécies adaptadas à seca, muitas das quais resultados de melhoramento genético de plantas da Caatinga. Diversas técnicas também foram desenvolvidas em produção, manejo cultural, armazenamento e conservação de feno e capim.

Foram alocados recursos financeiros por meio dos bancos estaduais, do Banco do Nordeste (BNB), do Banco do Brasil (BB) e da Caixa Econômica Federal, além de parcerias junto ao Banco Mundial (BIRD), ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), ao Tesouro Nacional, à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e às Organizações Não Governamentais (ONGs), para a execução de diversos programas na região Nordeste.

PROGRAMAS E PROJETOS NA REGIÃO NORDESTE

• **Projeto Sertanejo;**	• **Programa de Desenvolvimento Rural Integrado;**
• **Projeto Nordeste;**	• **Convivência com o Semiárido;**
• **Programa Cisternas;**	• **Articulação no Semiárido Brasileiro (ASA Brasil);**
• **Projeto Luz para Todos;**	• **Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável do Semiárido;**
• **Programa Semear;**	• **Sertão Empreendedor;**
• **PROÁGUA;**	• **Programa Água Doce (PAD).**

Pode-se, ainda, enumerar programas assistenciais e assistencialistas federais e estaduais (cestas básicas, Bolsa Seca, Bolsa Família, Bolsa Defeso etc.). Com crédito subsidiado e assistência técnica, programas governamentais apoiaram a difusão e a adoção dessas tecnologias, que trouxeram uma gama de novas alternativas para o produtor rural. ■



Por: Marcelino Ribeiro
Fotos aéreas polo irrigação Submédio do Vale do rio São Francisco
Unidade: Embrapa Semiárido
http://www.embrapa.br/imagens

AMAZÔNIA LEGAL

AUMENTA O DESMATAMENTO

DA REDAÇÃO

O DESMATAMENTO da Amazônia mostrou crescimento entre agosto de 2015 e julho de 2016, segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). Houve uma taxa de 7.989 km² de remoção total da cobertura da floresta por corte raso, o que significa a eliminação de toda a vegetação existente. A expansão correspondeu a um incremento de 29%. O Brasil não atingia a marca de 7 mil km² desmatados desde 2010.

Desde 1988, por meio do Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES), esse acompanhamento é realizado. O objetivo é produzir os dados necessários para a avaliação e o estabelecimento de políticas públicas relativas ao controle do desmatamento ilegal realizado pelo Governo.

O estado do Pará apresentou a maior quantidade de desmate, seguido por Mato Grosso, Rondônia e Amazonas. Estas quatro Unidades da Federação responderam por 87% do total. Este resultado levanta questionamentos sobre a capacidade de o País honrar os compromissos assumidos no Acordo de Paris, na COP-21. É o caso, por exemplo, de zerar o desmatamento na Amazônia Legal e restaurar 12 milhões de hectares de florestas até 2030.

Certamente, as pressões e as cobranças quanto às questões ambientais ganharão força, seja do lado externo ou interno do Brasil. Entre 2004 e 2015, houve uma redução de 79% no desmatamento na Amazônia Legal, o que é considerado um desempenho muito positivo. A expectativa era de melhora, mas a reversão de resultado coloca como foco de atenção as pastagens em substituição às áreas de florestas destruídas. A aplicação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) também sofrerá arrocho em termos de fiscalização. ■

DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL POR ESTADO

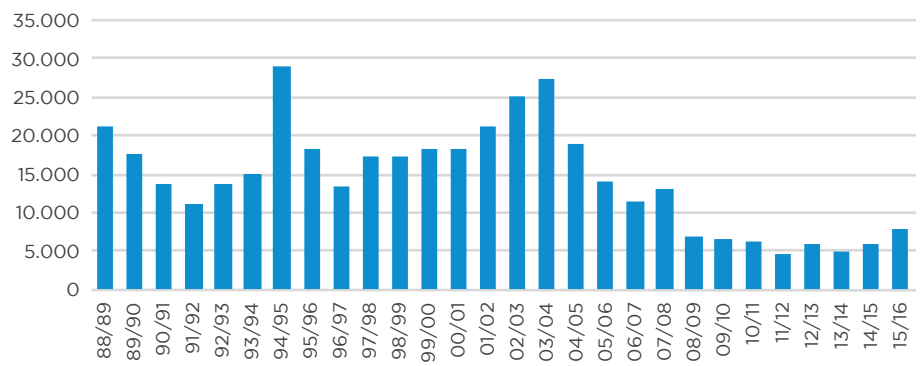
(MIL KM²)

ESTADOS	2015	2016	Variação %
AC	264	389	47,3
AM	712	1.099	54,4
AP	25	24	-4,0
MA	209	261	24,9
MT	1.601	1.508	-5,8
PA	2.153	3.025	40,5
RO	1.030	1.394	35,3
RR	156	209	34,0
TO	57	80	40,4
TOTAL	**6.207**	**7.989**	**28,7**

Fonte: PRODES

DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA LEGAL

(EM MIL KM²)



Fonte: PRODES

RECURSOS HÍDRICOS

VULNERABILIDADE DA ÁGUA SUBTERRÂNEA NO MATOPIBA

CLAUDIO A. SPADOTTO
Pesquisador e gerente-geral da Embrapa Gestão Territorial e membro do Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS) – claudio.spadotto@embrapa.br

RAFAEL MINGOTI
Analista e supervisor do Núcleo de Análises Técnicas (NAT) da Embrapa Gestão Territorial – rafael.mingoti@embrapa.br

O PLANEJAMENTO e a gestão de uso e ocupação do solo por meio da restrição e da fiscalização das atividades antrópicas são uma estratégia eficaz para a proteção dos recursos hídricos

Há mais de quinze anos, a produção agrícola empresarial ocorre em alguns municípios do MATOPIBA, que é composto pelo estado de Tocantins e partes dos estados de Maranhão, Piauí e Bahia, totalizando 73 milhões de hectares. No MATOPIBA, são produzidos anualmente em torno de 20 milhões de toneladas de algodão em pluma, soja, arroz e milho, em uma área de 5,7 milhões de hectares. A região conta com quase 6 milhões de habitantes e 324 mil estabelecimentos agrícolas e se caracteriza por apresentar grande diversidade e complexidade nas condições naturais e sociais.



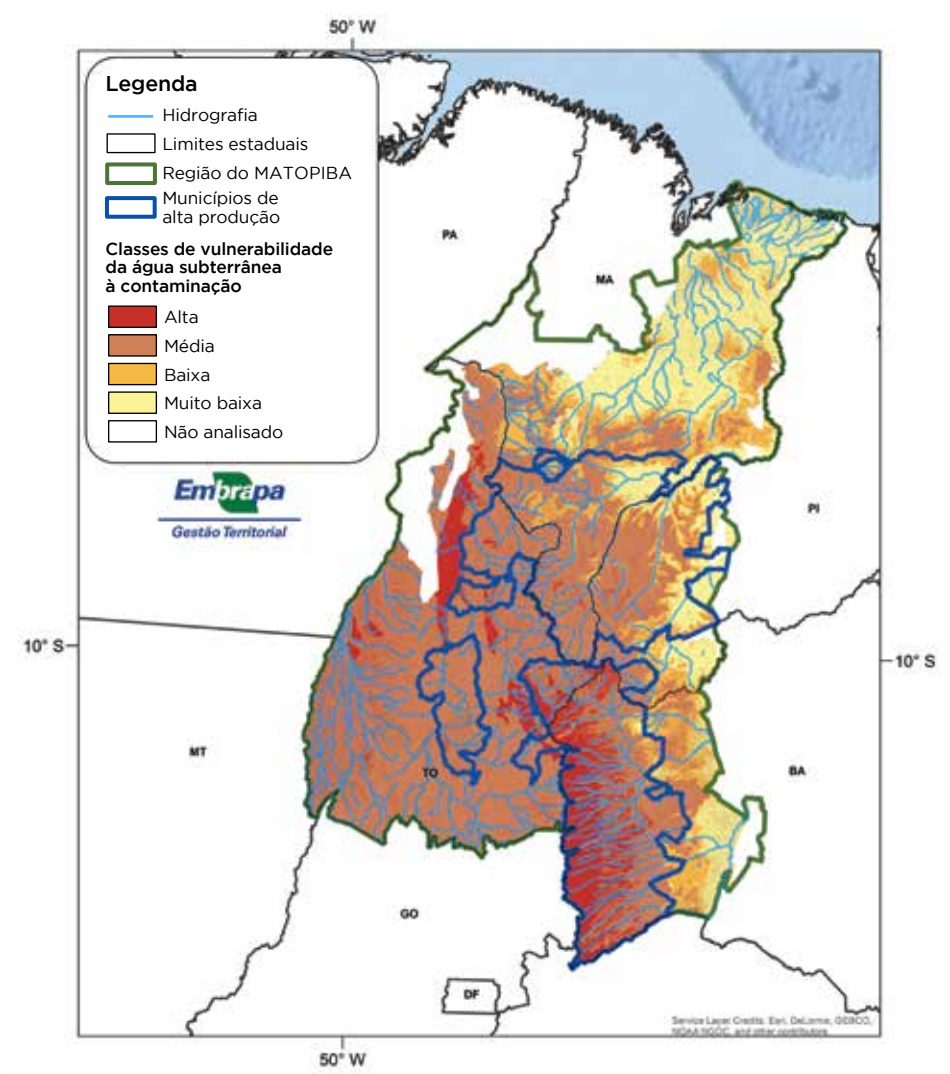
Por: PERINA, Fabiano José
Campo de algodão
Unidade: Embrapa Algodão
http://www.embrapa.br/imagens

A Embrapa Gestão Territorial elaborou um trabalho em que foram identificadas as características de bioma, relevo, clima e solos predominantes nos municípios com alta produção de soja, milho e algodão da região. Os resultados mostraram que, nestas áreas, há predominância de: bioma Cerrado (94% do total); relevo de chapadas e depressões (84%); período sem chuva de quatro a cinco meses (89%); e solos das ordens Latossolos e Neossolos (51% e 34%, respectivamente).

As restrições de uso e ocupação do solo são fundamentais à proteção dos recursos hídricos, porque não permitem que determinadas atividades ocorram em áreas críticas dos mananciais. Sabe-se que a função de filtragem do solo é um importante serviço ecossistêmico para a proteção das águas subterrâneas e superficiais. O solo atua como filtro natural de poluentes e serve como meio para os processos de retenção e degradação de poluentes. Assim, as propriedades dos solos influem fortemente no grau de vulnerabilidade de corpos de água subterrânea à contaminação.

Considerando a relevância da proteção dos recursos hídricos para a sustentabilidade da agricultura, a Embrapa Gestão Territorial desenvolveu uma metodologia de caracterização da vulnerabilidade à

RECURSOS HÍDRICOS DA REGIÃO DO MATOPIBA



contaminação do lençol freático baseada no índice de tempo de retenção, elaborado, por sua vez, com o conceito de tempo de convecção ou de percurso de contaminantes no solo.

Um estudo no MATOPIBA foi realizado de maneira espacializada, em escala exploratória. Em razão da grande abrangência geográfica, em escala topográfica menor, os dados de entrada foram obtidos remotamente, com posterior integração em um Sistema de Informações Geográficas (SIG). As áreas que apresentam valores de tempo de retenção inferiores a um ano, classificadas como de "alta vulnerabilidade", são consideradas prioritárias para ações de ordenamento e fiscalização do uso correto de agroquímicos – mas também quanto à contaminação microbiana – e para o monitoramento da qualidade das águas. Foram identificadas áreas do MATOPIBA no bioma Cerrado em que o lençol freático é mais vulnerável à contaminação, como o oeste da Bahia e o centro-norte do Tocantins.

Os resultados gerados poderão subsidiar o correto planejamento territorial de atividades agrícolas ou industriais com potencial de contaminação do lençol freático no MATOPIBA, minimizando, assim, possíveis impactos negativos advindos destas atividades às águas subterrâneas. ■



SHUTTERSTOCK

A LEI DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES (LPC)

IMPORTÂNCIA PARA A PESQUISA E O DESENVOLVIMENTO DAS VARIEDADES VEGETAIS



José Américo Pierre Rodrigues

Presidente da Associação Brasileira de Sementes e Mudas (ABRASEM)

Insumo básico e vital em qualquer sistema de produção agrícola, a semente é fundamental para garantir uma produção de alimentos sustentável. O investimento na sua aquisição, a cada safra, compensa, pois resulta em segurança fitossanitária, produtividade e retorno financeiro.

Quando comparada aos demais insumos, a semente representa uma parcela pequena na composição do custo total de produção para o agricultor, apesar de ser considerada a matéria-prima-chave para atingir bons resultados na lavoura.

A manutenção do potencial competitivo da agricultura brasileira depende do uso de tecnologia e de sementes certificadas, mas ainda é preocupante a baixa taxa de utilização de sementes em culturas importantes: algodão (57%); arroz (52%); feijão (19%); soja (64%); e trigo (68%).

Neste Caderno Especial da ***Agroanalysis***, destacamos que Governo, legisladores, obtentores, produtores de sementes e agricultores devem trabalhar juntos. O objetivo é sempre criar um ambiente de negócios para continuar a atrair novos investimentos, com geração de novas cultivares para serem ofertadas aos agricultores brasileiros. Com o uso de instrumentos legais, informação e educação, o combate à pirataria é uma grande prioridade.

ORDEM ECONÔMICA

Delegados de 44 nações reuniram-se em Bretton Woods, em Nova Hampshire, nos Estados Unidos, quando terminava a Segunda Guerra Mundial, em julho de 1944. O desafio era costurar uma nova ordem econômica mundial em três planos, para:

- Estabilizar o sistema financeiro internacional, com a instituição do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD), atualmente Banco Mundial;
- Dar a base política da ordem internacional, com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1945; e
- Ter um fórum que desenvolvesse o Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT) sem torná-lo uma instituição multilateral de comércio, mas sim uma convenção entre partes contratantes.

Na criação da OMC, foi estabelecido o Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights – TRIPS, no original em inglês), como estímulo à inovação e ao desenvolvimento tecnológico.

Existem diversas formas de propriedade intelectual com direito de autor e direitos conexos, como: as marcas de fábrica e de comércio; as indicações geográficas, incluídas as denominações de origem; os desenhos e os modelos industriais; os esquemas de traçados dos circuitos integrados; a informação confidencial; e as patentes.

RODADAS DE NEGOCIAÇÃO DO GATT	ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO (OMC)
Genebra, na Suíça (1947);	Em 15 de abril de 1994, em Marrakech, no Marrocos, foi assinada a ata para a sua criação como sucessora do GATT. A partir de então, o sistema multilateral de comércio passou a ser uma instituição dotada de instrumento jurídico internacional para aplicar as regras acordadas com poder de forçar o seu cumprimento.
Annecy, na França (1949);	
Torquay, no Reino Unido (1950-51);	
Genebra, na Suíça (1956);	
Dillon, em Genebra, na Suíça (1960-61);	
Kennedy, em Genebra, na Suíça (1964-67);	
Tóquio, no Japão (1973-79);	
Punta del Este, no Uruguai (1986-94).	

PROTEÇÃO INTELECTUAL DAS VARIEDADES VEGETAIS

Na proteção intelectual das variedades vegetais, os países-membros da OMC podem optar por um sistema de patente, um modelo *sui generis* ou uma combinação de ambos.

A França e a Alemanha lideraram, em meados do século passado, a construção de uma legislação para proteção *sui generis* de novas variedades vegetais. Fruto desse movimento, na Conferência de Paris, em 2 de dezembro de 1961, foi criada a União Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais (UPOV).

Assim, na concessão do Certificado de Proteção de Cultivares, são exigidos os requisitos de novidade, distinção, homogeneidade, estabilidade e denominação própria. O obtentor fica com o direito de uma forma de propriedade intelectual por apresentar características únicas e particulares, adequadas especialmente ao objeto da proteção: as variedades vegetais.

Já os Estados Unidos, o Japão, a Austrália e a Coreia do Sul optaram por um sistema de proteção misto, que combina os modelos de patente e de proteção *sui generis*. Outros adotaram apenas sistema *sui generis*.

Sediada na Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI), em Genebra, a Convenção Internacional para a Proteção das Obtenções Vegetais estabeleceu a UPOV em 1968, com revisões em 1972, 1978 e 1991.

PROMULGAÇÃO DA LEI DE PROTEÇÃO DE CULTIVARES

Em 25 de abril de 1997, o Brasil sancionou a Lei nº 9.456, conhecida como Lei de Proteção de Cultivares (LPC), de relevância para as políticas públicas relacionadas ao setor agropecuário brasileiro. Com esta iniciativa, o País atendia o compromisso assumido junto à OMC, mas também modernizava as suas estruturas, o que era previsto no Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado, posto em prática na década de 1990.

A LPC alterou o modelo de geração de tecnologia na área da produção nacional de sementes. As novas cultivares, como as das espécies autógamas (soja e algodão), estavam, até então, concentradas na pesquisa pública, especialmente pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

A iniciativa privada foi chamada a participar da geração de novas tecnologias em sementes. A partir daí, veio a necessidade da sustentabilidade do sistema de produção de sementes. A pesquisa, na base do processo, precisava ter a garantia de remuneração na comercialização das novas cultivares desenvolvidas.

Com a regulamentação do TRIPS no Brasil, descartou-se a possibilidade de proteção de variedades vegetais por meio de patentes. A LPC ratificou sua opção pela adoção de um mecanismo *sui generis* de proteção. Ao mesmo tempo, atendeu os tratados internacionais acordados junto à OMC e ratificados no País. Com isso, fortalecia a propriedade intelectual em variedades vegetais e garantia a sustentabilidade da pesquisa.

IMPACTOS DA LPC NA INDÚSTRIA DE SEMENTES

- Atinge metas governamentais de aumento de produção agrícola;
- Incentiva a agregação de valor ao resultado das pesquisas nacionais;
- Atrai investimentos públicos e privados;
- Acelera programas de melhoramento genético vegetal;
- Promove o ingresso de conhecimento e tecnologia estrangeiros;
- Apresenta benefícios para as espécies ornamentais e videiras, entre outras.

BENEFÍCIOS E RESULTADOS

Durante esses dezenove anos de vigência da LPC, pode-se dizer que os impactos da sua publicação foram positivos, com reflexos como o incentivo à parceria público-privada. Houve aumento na capilaridade da rede de ensaios, e, com isso, ocorreu a obtenção de cultivares mais adaptadas às diferentes condições do País, com altos desempenho, qualidade e produtividade.

Os dados do levantamento de cereais e oleaginosas (conhecidos como grãos) realizado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) mostram o sucesso na relação da evolução da área, da produção e da produtividade. Se a produtividade se mantivesse nos níveis da safra 1997/98, seria preciso que a agricultura na safra 2016/17 ocupasse uma área de 97,430 milhões de hectares para gerar a produção prevista. Mas, a ocupação foi de 59,159 milhões de hectares, ou seja, liberando 38,271 milhões de hectares para outras atividades.

Esse sólido desempenho foi possível graças à contribuição substancial do trabalho árduo e persistente dos melhoristas geneticistas. Há de se reconhecer que a LPC, criada em 1997, estimulou a indústria de sementes a investir pesadamente durante todos esses anos. Assim, os produtores tiveram acesso a cultivares mais produtivas, melhor adaptadas às novas condições ambientais e a diferentes épocas de plantio e/ou resistentes a pragas e doenças.

BRASIL – EVOLUÇÃO DA SAFRA DE GRÃOS DESDE A APROVAÇÃO DA LPC: DA SAFRA 1997/98 ATÉ A SAFRA 2016/17

ITEM	Unidades	1997/98	2016/17*	Variação %
Área	Milhões de hectares	35,001	59,159	70,02
Produção	Milhões de toneladas	76.559	213.079	178,32
Produtividade	Quilos/hectare	2.187	3.602	64,70

* Dados de dezembro de 2016
Fonte: Conab

A LEI DE BIODIVERSIDADE (LB)

Em 2003, a agricultura brasileira viveu um episódio bastante delicado. A decisão sobre a liberação da soja transgênica tolerante ao glifosato para comercialização e uso no País demorava a sair. Enquanto isso, o jogo frenético do mercado de sementes mantinha seu dinamismo. Os agricultores brasileiros passaram a buscar os produtos colhidos na Argentina, adaptados à região Sul do Brasil, com o evento GTS 40-3-2.

Com a entrada ilegal desses materiais, a venda de sementes certificadas despencou na região Sul do Brasil. Os resultados foram uma queda acentuada na taxa de utilização de sementes de soja e o aumento da taxa de uso de sementes salvas. Essa insegurança refletiu-se, também, nos negócios de biotecnologia das demais culturas com biotecnologia, com desestímulo à entrada de novos obtentores no mercado.

Em março de 2005, entra em vigor a Lei nº 11.105, conhecida como Lei de Biodiversidade, para disciplinar, entre outras matérias, o plantio e a comercialização de Organismos Geneticamente Modificados (OGMs) e seus derivados. A legislação estabelecia a instituição da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança (CTNBio) e do Conselho Nacional de Biossegurança (CNBS) como órgãos responsáveis pelos processos relativos a atividades de liberação do uso comercial de OGMs. A reação foi positiva no setor sementeiro, principalmente na sojicultura.

Em 2007, vários eventos de biotecnologia em milho foram aprovados pela CTNBio. Este fato estimulou a entrada de várias empresas no mercado de semente desta cultura, com aumento significativo do número de obtentores. Em contraposição, a cotonicultura, sem apresentar o mesmo desempenho, continuou com um número reduzido de empresas com trabalho de biotecnologia em pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I). Hoje, o Brasil conta aproximadamente com 38 empresas obtentoras de milho, 25 de soja e 7 de algodão.

PIRATARIA DE SEMENTES

A LPC estimulou as empresas a desenvolverem vários lançamentos de cultivares, pois assegurava a propriedade intelectual sobre a cultivar recém-lançada. Já a LB proporcionou aos agricultores o acesso à biotecnologia já utilizada em outros países, a exemplo dos Estados Unidos.

Essas leis, de fato, trouxeram benefícios para os agricultores acessarem as melhores e mais diversificadas opções de variedades e tecnologias. Houve uma agregação de características importantes em termos de ciclo, época de plantio e tolerância a doenças e insetos. Isso viabilizou novos sistemas de produção e aberturas de fronteiras agrícolas.

Junto com esse processo de evolução tecnológica, emergiu no Brasil um comércio ilegal de sementes crescente. Estima-se que em torno de 3 milhões a 4 milhões de hectares de soja, por exemplo, são utilizados para produzir e comercializar sementes de forma ilegal.

CONSEQUÊNCIAS NEGATIVAS DA CLANDESTINIDADE

- Governo: fuga na aplicação de PD&I no País (R$ 1 bilhão em 2015);
- Obtentores: queda na taxa interna de retorno em PD&I;
- Produtores de sementes: competição desleal pelo preço das sementes no mercado;
- Agricultores: aquisição de sementes sem garantia de qualidade e com baixas produção e produtividade na lavoura, com queda de renda;
- Tecnologia: desestímulo à geração de novos materiais.

A aquisição e a utilização de sementes provenientes do mercado ilegal penalizam o sistema produtivo, em termos de risco fitossanitário, com a proliferação de pragas e doenças.

MODERNIZAR A LEGISLAÇÃO

No processo de elaboração da LPC, o legislador buscou resguardar os direitos dos pequenos agricultores de guardarem sementes a cada safra. Isso criou, no texto da Lei, um quadro de exceção para o agricultor, pois faltou definir quais os agricultores enquadrados nessa categoria. Deste modo, o uso próprio de cultivares, na forma disposta, pode ser realizado de forma indiscriminada por qualquer agricultor.

Essa concessão pode ser considerada uma das exceções mais danosas ao direito de proteção sobre uma cultivar. Não é à toa que a exceção é tema central de todos os Projetos de Lei (PLs) de alteração da LPC em tramitação no Congresso Nacional.

Na LPC, as sanções estabelecidas para os infratores dos direitos dos obtentores estão previstas em um único artigo. Neste, o texto versa sobre as punições nas esferas administrativa, civil e penal, bem como as limitações de aplicabilidade ao dispositivo.

Tanto a ABRASEM quanto a sua associada Associação Brasileira de Obtentores Vegetais (BRASPOV) possuem como premissas básicas o respeito pela propriedade intelectual, para que haja:

- Investimento em inovação;
- Oferta contínua de produtos de altas qualidade e produtividade;
- Um ambiente regulatório estável;
- Incentivos para as iniciativas de livre mercado em toda a cadeia;
- Valorização e sustentabilidade de todos os elos da cadeia produtiva.

Essas entidades participam ativamente das discussões para a modernização da LPC, buscando defender alguns pontos principais para o setor. Entre estes, estão:

- A manutenção da exceção do direito do obtentor aos integrantes de povos ou comunidades tradicionais que praticam atividades produtivas agropecuárias, da agricultura familiar e da pequena agricultura;
- A diminuição da vulnerabilidade da proteção sobre espécies de propagação vegetativa;
- A criminalização do uso ilegal de sementes, buscando a reparação de danos à sociedade causados pela violação dos direitos de proteção de cultivares.

Ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), cabe a realização da melhoria dos processos administrativos no sentido de desburocratizar os processos e otimizar recursos, reduzir etapas e aumentar credibilidade e transparência de informações, com a garantia de segurança jurídica.

SITUAÇÃO DA ARGENTINA

A situação geral da indústria de sementes da Argentina é preocupante, em que pesem os esforços de seus representantes para mudar o quadro crítico atual. O principal problema é a falta de um marco legal sólido, que ofereça a aplicação eficiente dos direitos do obtentor. A legislação carece de alinhamento com os tratados e os acordos comerciais internacionais.

Nos últimos anos, têm ocorrido uma diminuição na taxa de utilização e uma falta de controle na produção de sementes certificadas. O cenário é de pouco desenvolvimento e de baixa disponibilidade de novas cultivares e tecnologias. Algumas empresas, argentinas e multinacionais, deixaram de investir no país e levaram os seus recursos para serem aplicados no desenvolvimento de novas cultivares em outros países – dentre eles, o Brasil –, adaptadas às realidades e às características locais.

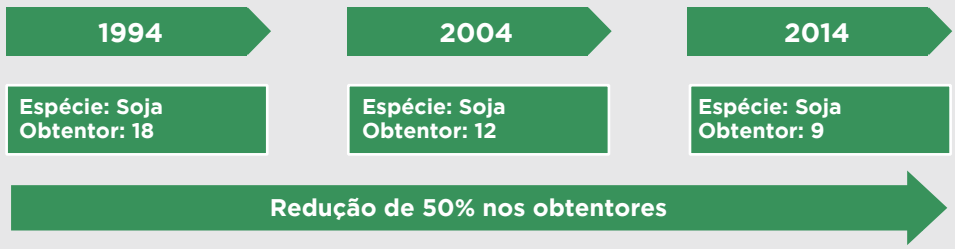
Com a legislação em vigor na Argentina, muitos produtores de soja e trigo entendem que é conferido por lei o direito de utilizar, livremente, sementes salvas, sem limitação, por qualquer contrato de tempo, quantidade produzida e área plantada.

Essa interpretação reflete-se em não incentivo ao investimento em novas cultivares geneticamente superiores, com uma consequente queda no número de novas inscrições de cultivares.

Diante da gravidade da situação, no final de 2016 foi encaminhado ao Congresso argentino um projeto de lei para modificar a Lei de Sementes (Lei nº 20.247/73), com três pontos básicos para discussão:

- Limitação do uso das sementes salvas (reserva de parte da produção para empregar no plantio da próxima safra), com o pagamento de *royalties* por parte do produtor pela semente comprada e usada numa mesma área durante três safras;
- Pagamento da propriedade intelectual somente sobre a semente, com valor fixado na fatura da compra; e
- O Instituto Nacional de Sementes (INASE) da Argentina assume a responsabilidade da fiscalização da semente, com o objetivo de reduzir o produto pirateado. ■

Argentina: Programa de melhoramento genético
Evolução dos obtentores



Argentina: Evolução do número de sementeiros multiplicadores

	1994	2006	2014
Soja	628	406	391
Trigo	Não disponível	401	277

Redução de 50% nos sementeiros multiplicadores

Fonte: INASE Argentina

A REVOLUÇÃO DIGITAL NO CAMPO

FÁBIO DE SALLES MEIRELLES
Presidente da Federação da Agricultura e Pecuária do Estado de São Paulo (FAESP)



NESSE MOMENTO de incerteza, em que continuamos enfrentando graves problemas políticos, econômicos e sociais e colocando à prova nossa democracia, nossas instituições e, até mesmo, o equilíbrio e a independência dos poderes constituídos, é o agronegócio que mostra a sua força, contribuindo para amenizar a crise e lançar sementes de esperança.

Da Revolução Verde à tropicalização da nossa agricultura, as inovações permitiram a transição do setor para um elevado patamar de produção, calcado em ganhos crescentes de produtividade, pois de 70% a 80% desse resultado devem-se à eficiência e ao progresso técnico, conforme demonstram os estudos sobre a Produtividade Total dos Fatores (PTF). E é justamente a capacidade de obter ganhos contínuos de produtividade que tem distinguido o setor do restante da economia brasileira.

A tecnologia digital dará impulso a esse processo, imprimindo uma nova fase de modernização para a agropecuária mundial, visando aumentar a eficiência produtiva, racionalizar o uso dos recursos naturais e garantir menor custo por hectare, a fim de atender as demandas globais por alimentos, fibras e energia, em razão do crescimento populacional e econômico.

O Brasil está comprometido com o desafio de aumentar seu potencial produtivo, com maior qualidade e sustentabilidade. Soluções inovadoras, baseadas em análise de dados (*big data*), agricultura de precisão, mapeamento, sensoriamento remoto, automação e robótica, estão sendo desenvolvidas por empresas de pesquisa agropecuária, grandes companhias do agronegócio, empresas de tecnologia e *start-ups* (empreendedores digitais), sendo que muitas destas soluções já fazem parte do dia a dia de muitos produtores brasileiros, nas telas de computadores, *tablets* e *smartphones*, ampliando o seu horizonte de atuação.

Algumas dessas experiências e tendências de mercado foram debatidas por especialistas, empreendedores e lideranças do setor no Summit Agronegócio Brasil 2016, evento realizado pela FAESP e pelo Estadão sob o *slogan* "Quem planta ideias colhe oportunidades". No evento, ficou evidente o potencial da agricultura digital, cujas inovações irão revolucionar o campo ao permitir maior embasamento, precisão e eficiência nas tomadas de decisão do produtor rural.

A efetividade desse movimento exigirá, no entanto, a adaptação das soluções e das tecnologias à realidade dos produtores, pois, tradicionalmente, há dificuldade de se transporem e implementarem inovações em larga escala no campo, devido às restrições educacionais, culturais, geográficas, econômicas e de infraestrutura.

Entretanto, lembramos que, há sessenta anos, os desafios da agricultura também eram imensos, mas apoiamos firmemente a agricultura e lançamos literalmente o agronegócio, ao estruturarmos e implantarmos políticas e programas que conectaram os setores e resultaram na fundação do hoje consagrado agronegócio, verdadeiro patrimônio nacional, que orgulha a todos nós brasileiros.

Deste modo, para que o agronegócio permaneça trilhando o caminho do sucesso, é preciso fomentar políticas integradas que mitiguem os riscos do setor, garantam renda e facilitem os investimentos, principalmente em tecnologia digital. Com políticas adequadas e consistentes, o empreendedorismo nato do campo incumbir-se-á de manter nossa agricultura na vanguarda do conhecimento e do desenvolvimento sustentável. ■

AMEAÇAS FITOSSANITÁRIAS

CIÊNCIA EM PROL DA ALIMENTAÇÃO MUNDIAL

MÁRIO VON ZUBEN

Engenheiro agrônomo pela Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), pós-graduado em Gestão Estratégica de Negócios pela Universidade de Calgary, no Canadá, e diretor executivo da Associação Nacional de Defesa Vegetal (Andef)

O BRASIL sofre com as perdas relacionadas a novas pragas nas lavouras. Os prejuízos impactam o produtor rural e prejudicam o fornecimento de alimentos no País. Para garantir a defesa agropecuária, é preciso investir no combate à entrada estimada de 150 pragas exóticas. Trata-se de um trabalho preventivo de fiscalização em portos, aeroportos e fronteiras secas de proporções continentais.

Uma vez em território nacional, as pragas exóticas atacam as plantações sem serem incomodadas, já que muitos organismos não encontram predadores no Brasil. A única alternativa é o tratamento das lavouras com defensivos agrícolas. O problema é quando os produtos necessários não estão registrados no País.

Por isso, o setor produtivo reivindica maior agilidade na aprovação de novas tecnologias. As pragas não esperam os burocráticos processos regulatórios vigentes. Para um agronegócio moderno e profissionalizado, é necessário unir agilidade e rigor científico.

Os defensivos agrícolas são parte importante do pacote tecnológico que transformou o setor agrícola nas últimas décadas. Ampliamos a produção sem expansão na área plantada. Temos o desafio de alimentar mais de 9 bilhões de habitantes até meados deste século.

Não há dúvida em relação à importância de uma política de defesa agropecuária forte e eficiente, capaz de proteger o maior patrimônio do País. Não seria exagero dizer que se trata de uma questão de segurança nacional.

Nos últimos quarenta anos, o Brasil passou de importador a grande produtor mundial de alimentos. Neste período, as empresas associadas à Andef desenvolveram produtos fundamentais para esse desempenho. Em seus laboratórios, são pesquisadas as novas tecnologias para garantir a sanidade das lavouras.

Os defensivos agrícolas registrados no País são seguros para o agricultor e o consumidor final, quando utilizadas as recomendações técnicas. Essa garantia é dada pelos Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), do Meio Ambiente (MMA) e da Saúde (MS), que avaliam criteriosamente um novo produto antes de liberar a sua comercialização. ■

SHUTTERSTOCK



DIÁRIO DE BORDO

DEZ ANOS!

ROBERTO RODRIGUES

Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV (GV Agro), embaixador especial da FAO para as Cooperativas e presidente do LIDE Agronegócios

EM NOVEMBRO passado, o Centro de Agronegócio da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (GV Agro/FGV-EESP) completou dez anos de atividades.

No setor educacional, destaca-se, nesse período, o Mestrado Profissional em Agronegócio (MPAgro), criado em 2007 com uma característica única: é oferecido pela FGV, mas é realizado em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e a Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" da Universidade de São Paulo (Esalq/USP), de Piracicaba. Já se formaram 74 mestres, cujas dissertações foram publicadas em livros, revistas e jornais e apresentadas em congressos com grande destaque. A décima turma, que se inicia em janeiro de 2017, tem o número recorde de 23 inscritos.

Também relevante é o MBA em Gestão Estratégica do Agronegócio, que já formou 967 alunos em 63 turmas, em cursos realizados em 21 cidades brasileiras.



O GV Agro teve papel importante na internacionalização da Fundação, ao trazer para a entidade estudos de viabilidade técnica para a produção de alimentos e biocombustíveis em quinze países da América Latina e da África. Tais trabalhos, coordenados pela FGV Projetos, focaram Moçambique, Angola, Senegal, Guiné-Conacri, Zâmbia, Libéria e Guiné-Bissau – na África –, e mais Argentina, Paraguai, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Haiti, Honduras e São Cristóvão e Neves, na América Central, no Caribe e na América do Sul.

Na mesma área internacional, o GV Agro realizou estudos sobre agroenergia e alimentos para a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Em parceria com a Climate and Land Use Alliance (CLUA), foi instalado no GV Agro o Observatório do Clima, iniciativa voltada ao engajamento da sociedade no debate sobre a Agricultura de Baixo Carbono (ABC), grande trunfo do Brasil para a redução das emissões de gases do efeito estufa. Os trabalhos do Observatório, realizados em parceria com o Centro de Estudos em Sustentabilidade da FGV (GVces), focaram a implementação do Plano ABC, a partir da constatação de sua pouca utilização pelos produtores. Os resultados foram notáveis, com crescimento significativo de novos empreendedores, a ponto de chegarmos já ao final do ano passado com 12 milhões de hectares com integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF), um dos destaques do ABC. O Observatório viabilizou a publicação de onze estudos sobre o tema, e outros quatro estão em andamento.

Foram, ainda, realizados inúmeros projetos financiados por FAPESP, CNPq, Abiec, Abapa, CAF, Apex-Brasil, Embaixada Britânica, CGEE, Ministério da Fazenda, Cooperativas, IPT, PMA/ONU, Centroalcool, Itamaraty, Vale, FINEP, ABDI, BID e, até mesmo, o governo de Formosa. Entre esses projetos, figuram a assessoria dada pelo GV Agro para a realização da Feira de Milão e estudos sobre o futuro das relações Brasil-China. Também chama a atenção o trabalho apresentado no evento de comemoração de dez anos sobre a possível atividade rural na Amazônia sob a ótica do Plano ABC.

Nesses dez anos de existência, os participantes do GV Agro realizaram cerca de 703 palestras nos mais diversos eventos nacionais e internacionais, publicaram onze livros e capítulos de livros. A revista ***Agroanalysis*** teve 121 números publicados.

Todo esse trabalho foi realizado por uma equipe pequena, mas altamente qualificada e motivada, e sempre em parceria com outras unidades da Fundação Getulio Vargas. O permanente apoio oferecido pela Alta Direção da Fundação, pela Diretoria da Escola de Economia de São Paulo e pela FGV Projetos foi essencial para os avanços obtidos. ■

PRODUZIR

DE ESTADO A NAÇÃO

GUSTAVO DINIZ JUNQUEIRA
Presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

NO PROCESSO de amadurecimento da democracia e das instituições brasileiras, temos acompanhado debates políticos sobre questões complexas essenciais, que não têm sido compreendidas pelo cidadão, fundamentalmente por falta de explicação. Em dezembro, acompanhamos a aprovação, pela Câmara Federal, da revisão da lei que define abuso de autoridade e traz medidas de combate à corrupção. Apesar das contestações acerca da condução das matérias, esta aprovação foi a resposta ao clamor da sociedade, que busca pressionar a elite política por soluções para a crise moral e institucional do Brasil. O Ministério Público (MP) e seus procuradores estão sujeitos à lei, assim como qualquer brasileiro. Se isso ainda não estava claro, cabe, sim, aos parlamentares esclarecerem e legislarem sobre o assunto. Do mesmo modo, é tarefa do MP estar atento e denunciar os desvios de conduta dos políticos e dos gestores públicos. Entretanto, é imperativo promover o diálogo, em vez de ataques, que em nada contribuem para uma solução. À população, fica a tarefa de cobrar seus governantes.

As medidas em análise no Congresso Nacional são fundamentais para aperfeiçoarmos a democracia e a convivência entre as instituições, o Estado e seu povo. Não podemos tolerar desvios de conduta quanto à responsabilidade fiduciária e moral de quem cuida dos recursos privados sob gestão pública. O excesso de poder nas mãos das "autoridades" e a existência de privilégios são a causa da corrupção e da ineficiência do Estado. Desta forma, devemos promover o equilíbrio entre os poderes, fortalecer o sistema político e rechaçar as tentativas de quem passa por cima de decisões democráticas.

No processo civilizatório, outras medidas afirmativas devem ser aprovadas para promovermos a reconstrução nacional. A aprovação da Proposta de Emenda Constitucional (PEC) do Teto dos Gastos é um avanço para o equilíbrio das contas públicas e na definição de prioridades de investimentos nas próximas décadas. Por outro lado, a modernização dos processos políticos engatinha, enquanto a coragem para enfrentarmos as deficiências do sistema eleitoral ainda não apareceu.

Precisamos resgatar os princípios republicanos e implantar, definitivamente, o direito à isonomia para todos os brasileiros. Em 1889, acabamos com o Império de D. Pedro II. No entanto, não tivemos a coragem ou o interesse de nos desfazermos da corte e de seus privilégios e, por consequência, do falso entendimento de que alguns são mais importantes do que outros. É preciso descentralizar o poder e garantir mais autonomia aos estados, aos municípios e aos cidadãos para decidirem sobre temas específicos que afetam diretamente o futuro das comunidades. Essa quebra de paradigma é fundamental para que o Congresso Nacional, o governo federal e o Supremo Tribunal Federal (STF) possam direcionar suas energias para o planejamento do País, formado por 200 milhões de pessoas e que está entre as dez maiores economias do mundo.

É preciso, sobretudo, construir uma nova ordem civil. A transparência e a honestidade são pilares que precisam se fazer presentes em todas as nossas ações. Nossa Constituição não pode ser apenas um documento por meio do qual o Estado tutela seus cidadãos, mas sim um guia para que, de fato, possamos nos tornar uma Nação. ■



OPINIÃO

GV AGRO

ARNALDO JARDIM

Deputado federal licenciado (PPS-SP) e secretário de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

TIVE A alegria de participar, em novembro último, da comemoração de uma década de atuação da GV Agro em favor do conhecimento da pesquisa e da formulação de propostas para o setor agropecuário brasileiro. O GV Agro, braço agropecuário da Fundação Getulio Vargas (FGV), reúne gente que pensou, analisou e propôs iniciativas e políticas públicas que foram decisórias para o sucesso da produção no campo, em uma vanguarda fundamental que incorporou desafios como conciliar a produção de alimento e a energia, estabelecer o conceito de sustentabilidade, buscar pelo seguro agrícola, implantar o Programa ABC e, agora, difundir a integração Lavoura-Pecuária-Floresta (iLPF).

Todos sabemos da força econômica e social da agropecuária, cada dia mais dinâmica e tecnológica. É do conhecimento gerado por pesquisas e análises que vem esta força, capaz de aumentar produtividade sem desmatar áreas e atender as demandas por fibras, energia e alimentos sem rivalizar com a preservação ambiental. Isso tem papel importantíssimo na missão do Brasil de alimentar o mundo nos próximos anos.



O GV Agro cumpriu e continuará cumprindo o essencial papel de desenvolver importantes iniciativas que são verdadeiras revoluções no campo, como o Sistema iLPF, importante ferramenta na busca por maior produtividade. "Atualmente, temos incorporado em um grão de milho tanta tecnologia quanto em um *chip* para equipamentos eletrônicos", disse Roberto Rodrigues, um bom tempo atrás.

Essas inovações são fruto do conhecimento de pessoas que se propõem a ir além e vislumbrar nas necessidades que se apresentam as saídas que superam as demandas. São comemorações como essa que nos dão a certeza de que o nosso setor tem plena capacidade de ser o indutor do crescimento econômico brasileiro, uma necessidade patente em meio à crise pela qual passa o País.

A produção industrial, que costuma crescer em outubro, manteve o ritmo de queda do mês anterior e segue muito baixa, provocando elevada ociosidade no setor. O índice de utilização da capacidade instalada caiu um ponto percentual em outubro, na comparação com setembro, e ficou em 65%.

Esse papel de indutor do crescimento, antes delegado ao setor industrial, pode e deve ser também da agropecuária, como bem destacou o professor Yoshiaki Nakano, diretor da FGV. Temos todas as condições para assumir isso. A agropecuária tem capacidade de ser inovadora e tem diferencial de competitividade e vantagens competitivas, mas, para isso, é preciso, também, divulgar o setor e contextualizá-lo na economia brasileira.

O GV Agro emana em forma de cursos, consultorias, desenvolvimento de projetos para ONGs e empresas e na publicação de textos para discussão, nesta importante revista que você tem em mãos. Além disso, preocupa-se com a qualidade da formação dos profissionais, oferecendo-se conhecimento na forma do Mestrado Profissional em Agronegócio (MPAgro) e do MBA em Gestão Estratégica do Agronegócio.

Tudo isso com a reconhecida qualidade da FGV e coordenado por um dos principais nomes da agropecuária brasileira, nosso sempre ministro da Agricultura Roberto Rodrigues.

A certeza é de que os próximos dez anos do GV Agro serão ainda mais frutíferos e que ele nos auxiliará no desafio de fornecer ao mundo fibras, energia e alimentos com sustentabilidade, qualidade e segurança. ■

REFLEXÃO

FELIZ ANO NOVO, ADEUS ANO DURO

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO
Presidente da Associação Brasileira do Agronegócio (ABAG)

Jamais haverá ano novo se continuar a copiar os erros dos anos velhos.

Luís de Camões

ABREM-SE AS cortinas de 2017, depois de um dos piores anos vividos pelo Brasil. Com todos os indicadores econômicos muito negativos – com exceção das reservas do País –, ressaltam-se um cavalar índice de desemprego e uma tremenda crise de confiança.

A sociedade apoiou o *impeachment* da presidente Dilma, mesmo sabendo que seu vice seguiria no comando com os donos do poder de antes. Isso dá a dimensão do estrago efetivado por essa irresponsabilidade ideológica da chamada nova matriz econômica.

O governo Temer assume com o diagnóstico de grave problema fiscal e consegue aprovar uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC) dos gastos públicos. Ao mesmo tempo, apresenta como alternativa ao Congresso a reforma da previdência. Os dois, juntos, podem dar uma perspectiva de recuperação à economia com baixo impacto em 2017 e efeitos de fato a partir de 2018.

Assistimos à evolução de uma crise política e econômica sem saber qual dos dois aspectos era mais grave.

Como uma variável viva, relevante e intimidadora, a operação Lava-Jato representa a limpeza ética do País, derrubando lideranças viciadas em corrupção entre o público e o privado e não dando trégua aos políticos. O ambiente político torna-se mais desafiador, com acusações entre o Legislativo e o Judiciário e com o Executivo rodeado de cabeças a prêmio.

A delação com 77 pessoas entregando fatos – talvez nem tanto provas – recoloca o juiz de primeira instância de Curitiba como algoz para políticos e herói para o povo. Trata-se de algo sem referência na história brasileira.

Partidos de esquerda atordoados lançam "exércitos" às ruas, com siglas das mais variadas e motivos desvinculados da realidade. Pequena, a direita produz barulho à altura do colocado do outro lado.

No meio dessa tempestade, o mundo toma decisões protecionistas e elege mandatários com discursos radicais, até mesmo em um país como os Estados Unidos.

Já o agronegócio brasileiro viveu a recuperação de algumas cadeias produtivas, como as de laranja, cana e café, mas viu seca e menor oferta na soja e no milho 2ª safra, com a subida dos preços das carnes. A recessão reduziu o consumo de carne bovina e alimentos mais sofisticados, assim como de combustíveis líquidos. Mesmo assim, o agronegócio brasileiro mostrará uma balança comercial com superávit na casa de US$ 70 bilhões, empregando e apoiando as mudanças políticas de 2016.

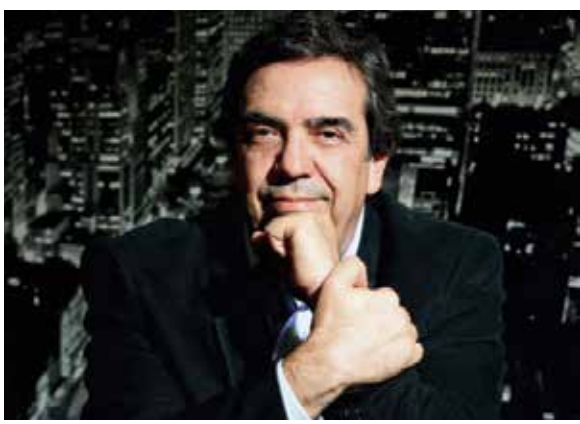
Deve ser salientado o belo trabalho da imagem setorial na mídia com a valorização do agro, que representa a grande vocação brasileira.

Sem acordos comerciais, os produtores rurais seguem enfrentando riscos. Boa parte deles apresenta um passivo assustador, derivado, majoritariamente, dos absurdos cometidos pelos governos do PT e pelos seus aliados.

Há uma expectativa de incertezas, mas não de riscos, pois riscos é possível medir!

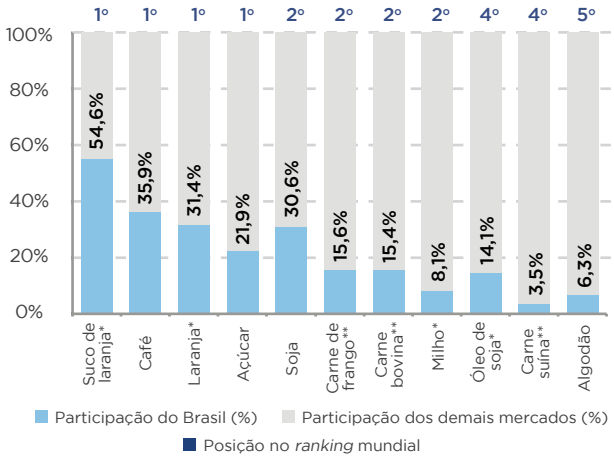
Em 2017, o aumento dos juros nos EUA pode reduzir preços de algumas *commodities*. Essas incertezas convertem-se em angústias para serem exploradas por aqueles com a corda no pescoço, buscando saídas ao seu destino, mesmo que contra o Brasil.

Que Deus olhe por nós e o presidente Temer se desvencilhe das amarras que o envolvem. ■



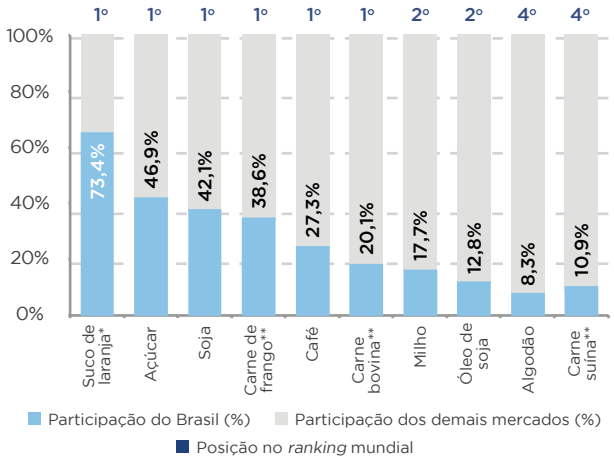
PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA BRASILEIRA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO PRODUTOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2016/17



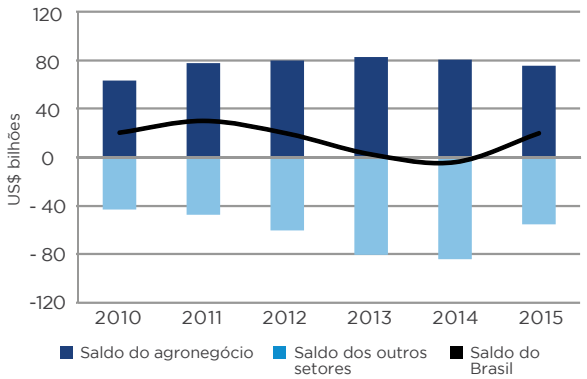
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA

POSIÇÃO DO BRASIL COMO EXPORTADOR EM RELAÇÃO AO MERCADO MUNDIAL EM 2016/17



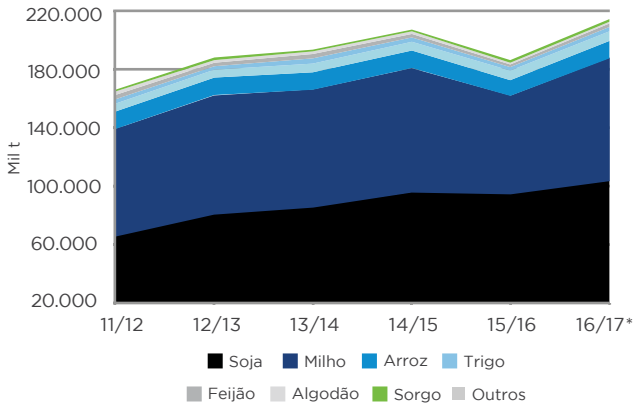
* 2015/16; ** 2017
Fonte: USDA; CNA

BRASIL: EVOLUÇÃO DO SALDO DA BALANÇA COMERCIAL



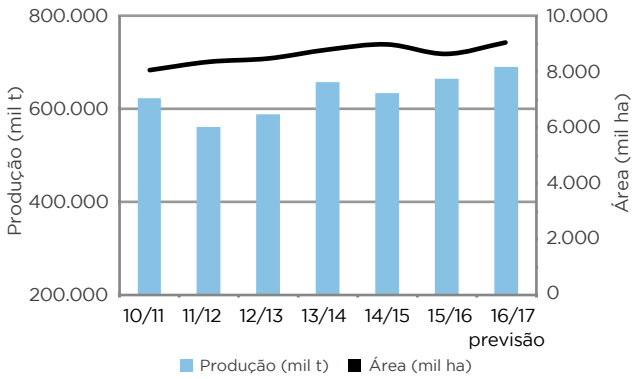
Fonte: SECEX

BRASIL: PRODUÇÃO DE GRÃOS, POR PRODUTO



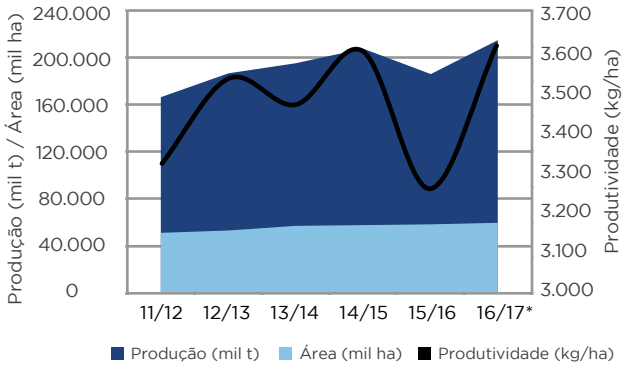
* Previsão
Fonte: Conab

BRASIL: ÁREA E PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



Fonte: UNICA; Conab

BRASIL: ÁREA PLANTADA COM GRÃOS, PRODUÇÃO E PRODUTIVIDADE



* Previsão
Fonte: Conab